

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ANNA CAROLINA LUCCA SANDRI

OS “NÓS” DA REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

Curitiba
2016

ANNA CAROLINA LUCCA SANDRI

OS “NÓS” DA REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em direito.

Orientador: Dr. Ricardo Prestes Pazello

Curitiba

2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queria agradecer a minha mãe por me fazer herdar o amor pelos livros e por incitar em mim a revolta contra as injustiças desse mundo e a minha irmã Marina por ser minha melhor amiga e a pessoa com quem sempre posso contar. Também devo muito a minha nonna por sempre estar presente e me ajudado em todos os momentos possíveis. Ao meu pai devo minha teimosia.

Também queria agradecer a alguns amigos que me acompanharam esse ano e me ajudaram a suportar os dilemas do último ano, e sempre estiveram presentes, apesar de constantemente não poder estar tão presente quanto gostaria: Isa, Pedro, Ana, Jana e MT. Agradeço a Cris por me falar coisas que precisava ouvir e a Kami por ver em mim potenciais que tinha dificuldade em ver.

Ao Luiz Otávio Ribas por ter compartilhado seu relatório de campo da sua pesquisa realizada em 2007 e ao Assis Oliveira pelos materiais compartilhados sobre a RENAJU.

Ao Ricardo Pazello por ter aceitado a difícil tarefa de me orientar e não ter me largado no meio do caminho.

Ao Grupo de Gênero, agora Coletivo Veras, e ao Coletivo Iara, pelas problematizações relativas às questões de gênero e LGBT, ainda que não tenha conseguido acompanhar esses coletivos como gostaria.

A todos (as) que construíram e participaram do IX e do X EIV/PR, que também me propiciou a imensa oportunidade de encontrar com Isabel da Silva e sua filha Noêmia.

Agradeço também aos estágios no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos e na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A mulherada das Promotoras Legais Populares, principalmente Nai, Paulinha, Mai, Ny, Isa Cunha, Kami, Edi, Andrea, Maine, Lili, Ste, Cris, Clea, Tai, Rafa, Jacke, Marina, Lua, Tchenna, Dindi, Fran, Lara, Camila, Vanda, Betina, que me colocaram nos trilhos do feminismo popular, ainda que as inúmeras tarefas necessárias para me formar tenham me afastado de forma temporária.

Ao IPDMS, principalmente ao Grupo de Trabalho “Assessoria Jurídica Popular, Educação Popular e Ensino Jurídico”, principalmente a Ana Lia, por ser um exemplo de educadora que valoriza a autonomia estudantil, a Val, ao Junior e ao Betinho.

Aos diálogos travados no NEFIL, espaço importante na discussão de um pensamento crítico latino-americano e ao Grupo de Estudos Direito, Antropologia e Povos e Comunidades Tradicionais por abrir possibilidades de diálogo com a antropologia.

Também agradeço a Turma do PRONERA pela sua coragem e inspiração em resistirem em um ambiente elitista, mostrando que o povo também deve ocupar as cadeiras da universidade.

Agradeço também ao MAJUP Isabel da Silva pela confiança, pelo apoio e pela contribuição que os debates realizados nesse espaço me trouxeram, ainda que não possa responsabilizá-los pelo resultado final dessa pesquisa. Agradeço às dinas com quem aprendi tanto no MAJUP, principalmente Elo, Kami, Rafa, Dani, Daisy, Anna Galeb, Moira. Também tenho a agradecer ao Pedro, Gabi, Val, Flávia, Jajá, Bruna, Boca, Brasil, Lugan, Gabi Ferreira, Carol Luz, Gabi Câmara, Luri, Math, Kauan, Mai, Jaque, Maria, Dai, Ju, Isa Tassia, Willian, Alice, Pedro Perdigão.

Também agradeço a RENAJU por toda a confiança e por toda amorosidade presente no seu espaço. Gostaria de destacar as seguintes pessoas: Kalil, Higor, Gui, Glaucia, Ívina, Glaucia Maranhão, Bernando, Ray, Sarah, Arthur, Dani, Manu, Aretha, Tami, Mari, Jéh, Vini, Marcelo, Renan, Thales, Djei, Helena, Mateus, Leticia e Lethicia, mas peço desculpas por ter esquecido de citar pessoas que foram absolutamente importantes.

Um agradecimento especial para Val, Kami, Kalil, Higor, Gui, Pedro Martins, Dani e Neto pelas nossas conversas sobre a RENAJU.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo desvendar os “nós” da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU). A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa participante nos diversos espaços da Rede, bem como foram analisados vários documentos históricos, como relatorias de espaços da Rede e de reuniões, notas e cartas direcionadas à RENAJU. O primeiro nó desatado foi a identidade da Rede, a partir das discussões sobre os elementos que compõem o seu nome, com o acréscimo do popular. Concluindo que a RENAJU é uma rede com pretensão nacional que congrega AJUPs, que realizam uma opção política pelo povo e são concebidas como movimento estudantil. Segundo Ana Lia Almeida, os elementos que compõem a identidade das AJUPs são amorosidade, educação popular, horizontalidade e protagonismo estudantil. O segundo nó desatado foi o histórico da Rede, dividido em três momentos: o primeiro retratando seu surgimento e consolidação como espaço voltado para troca de experiências, criação de novos grupos e fortalecimento da perspectiva da assessoria; o segundo como o início do debate da construção do sujeito coletivo da Rede e o terceiro marcado pelo debate de organização, que foi o terceiro nó desatado, principalmente pela retomada histórica dos modelos organizativos na RENAJU, pela influência das concepções sobre horizontalidade e das forças políticas na Rede. Além disso, também foram discutidas as articulações realizadas pela Rede e brevemente sua função.

Palavras-chave: Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), identidade, organização.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo desvendar los nudos de la Red Nacional de Asesoría Jurídica Universitaria (RENAJU). La metodología utilizada fue la pesquisa participativa en distintos espacios de la Red. También fueron analizados varios documentos históricos, como informes de espacios de la Red e reuniones, notas y cartas orientadas a la RENAJU. El primer nudo desatado fue la identidad de la Red por las discusiones acerca de los elementos que componen su nombre, añadido del popular. La RENAJU es una red con pretensión nacional que reúne Asesorías Jurídicas Universitarias Populares (AJUPs), que tienen una opción política por el pueblo y son movimiento estudiantil. Según Ana Lia Almeida, los elementos que integran la identidad de las AJUPs son amorosidad, educación popular, horizontalidad y protagonismo estudiantil. El segundo nudo desatado fue la historia de la Red, clasificada en tres períodos: el primero abordando su surgimiento y consolidación como espacio para intercambio de experiencias, creación de nuevos grupos y fortalecimiento de la asesoría; el segundo inició las discusiones acerca del sujeto colectivo de la Red y el tercer hubo el debate de organización de la RENAJU, que fue el tercer nudo desatado, principalmente por la historia de los modelos organizativos de la Red, por la influencia de las concepciones de horizontalidad y de las fuerzas políticas en la Red. Además también fueron discutidos las articulaciones de la RENAJU y su función.

Palabras clave: Red Nacional de Asesoría Jurídica Universitaria (RENAJU), Asesoría Jurídica Universitaria Popular (AJUP), identidad, organización.

LISTA DE SIGLAS

ABEDI: Associação Brasileira de Ensino do Direito

AJUP: Assessoria Jurídica Universitária Popular

ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES: Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

CAJU/UFC: Centro de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Ceará

CAJUÍNA: Centro de Assessoria Jurídica Popular de Teresina da Universidade Federal do Piauí

CAJUP Mandacaru: Centro de Assessoria Jurídica Universitária Popular Mandacaru, vinculado ao Centro de Ensino Unificado de Teresina

CAJU Sepé Tiaraju: Centro de Assessoria Jurídica Universitária Sepé Tiaraju

CARUÉ: Ciranda das Assessorias Revolucionárias Universitárias Emancipatórias

CFP: Curso de Formação Política

CONAJU: Coordenação de Assessoria Jurídica Universitária

CONED: Coordenação Nacional dos Estudantes de Direito

CONERED: Conselho Nacional de Entidades Representativas dos Estudantes de Direito

CORAJE/PI: Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil da Universidade Estadual do Piauí

CORERED: Conselho Regional de Entidades Representativas de Estudantes de Direito

EFTA: Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar

ENAJU: Encontro Nacional de Assessoria Jurídica

ENNAJUP: Encontro Norte-Nordeste de Assessoria Jurídica Popular

ENED: Encontro Nacional de Estudantes de Direito

ENEDEX: Encontro Nacional de Estudantes Extensionistas

ERENAJU: Encontro Nacional da Rede de Assessoria Jurídica Universitária

ERED: Encontros Regionais dos Estudantes de Direito

FENED: Federação Nacional dos Estudantes de Direito

FORPROEX: Fórum de Pró-Reitores de Extensão

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPDMS: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MAJUP Isabel da Silva: Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isabel da Silva

MEC: Ministério da Educação

MLST: Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra

MPL: Movimento Passe Livre

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAJUC-CE: Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da Universidade Federal do Ceará

NAJUC JA: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Comunitária Justiça e Atitude

NAJUPAK: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Aldeia Kayapó da Universidade Federal do Pará

NAJUP Direito nas Ruas: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Direito nas Ruas da Universidade Federal do Pernambuco

NAJUP-GO: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Goiás

NAJUP Isa Cunha: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isa Cunha da Universidade Federal do Pará

NAJUP Maria Aragão: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Maria Aragão

NAJUP Negro Cosme: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Negro Cosme da Universidade Federal do Maranhão

NAJUP Produzindo Direitos: Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

NAJUP/PUC-RS: Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

NAJUP-UCS: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Roda Viva da Universidade de Caxias do Sul

NEPE-UFSC: Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias da Universidade Federal de Santa Catarina

NEP Flor de Mandacaru: Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, vinculado a Universidade Federal da Paraíba

NIJUC/RS: Núcleo de Interação Jurídica Comunitária da Universidade Federal de Santa Maria

PAJE: Programa de Assessoria Jurídica Estudantil da Universidade Regional do Cariri

PAJUP: Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

PPP: Plano Político Pedagógico

PROEXT: Programa de Extensão Universitária

PT: Partido dos Trabalhadores

REAJU: Rede de Assessoria Jurídica Universitária Estadual

REAJUPI: Rede de Assessoria Jurídica do Piauí

RENAP: Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares

RENAJU: Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária

REPED: Rede Popular de Estudantes de Direito

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAJU/SE: Serviço de Auxílio Jurídico Universitário do Estado do Sergipe

SAJU-UFBA: Serviço de Apoio Jurídico da Universidade Federal da Bahia

SAJU-UFRGS: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SAJU-UNIFOR: Serviço de Apoio Jurídico Universitário da Universidade de Fortaleza

SAJU-USP: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade de São Paulo

SAJUP/PR: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal do Paraná

Seminário EMANCIPAR: Seminário Nacional Práticas Jurídicas Emancipatórias e o Ensino do Direito

SURJA: Serviço Universitário de Resistência e Justiça para Autonomia, ligado a Universidade Federal de Pelotas

UNE: União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PRIMEIRO DESATAR DE NÓS: DOS NÓS QUE COMPÕEM A REDE A IDENTIDADE DA RENAJU.....	14
2.1	Assessoria	14
2.2	Jurídica.....	17
2.3	Universidade	19
2.4	Popular	22
2.5	Reticular.....	24
2.6	Nacional	25
3	SEGUNDO DESATAR DE NÓS: HISTÓRICO DA REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA	27
3.1	Antecedentes da Renaju e sua atuação até 2005	27
3.2	A RENAJU de 2005 até 2010.....	32
3.2.1	A política de editais	35
3.3	RENAJU após 2010.....	37
3.3.1	O debate de opressões na RENAJU	40
4	TERCEIRO DESATAR DE NÓS: OS NÓS QUE ENVOLVEM A ORGANIZAÇÃO DA REDE.....	43
4.1	A discussão dos modelos organizativos dentro da Rede	43
4.2	A problemática das forças políticas dentro da RENAJU.....	46
4.1	Concepção de horizontalidade dentro da Rede: o modo como a RENAJU encarou a direção dos processos organizativos	48
4.4	Movimentos sociais e sua relação com RENAJU	50
4.4.1	RENAJU e movimentos populares.....	50
4.4.2	RENAJU e o movimento estudantil	52
4.5	Outras articulações: REPED, IPDMS, RENAP.....	54
4.6	Afinal, para que serve a RENAJU?	57
5	CONCLUSÃO	59
6	REFERÊNCIAS.....	62
7	ANEXOS.....	68

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é inspirado no texto “Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta” de Jacques Távora Alfonsín, que aborda o termo nós nos seguintes sentidos: o primeiro deles é a amarração de objetos em grades, que garante a uma minoria o monopólio dos bens comuns; o segundo como a amarração de normas em teias, que dificultam o acesso a direitos; o terceiro concerne à união de pessoas; o quarto completa o terceiro, de forma a descrever a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares – RENAP.

Da mesma forma, este trabalho pretende auxiliar no desatar dos seguintes “nós”: o primeiro deles é a identidade da rede, que procurei desvendar por meio da análise dos elementos que compõem seu nome, com o acréscimo do popular, que julguei fundamental para a compreensão de sua identidade, o segundo “nó” é a história da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária – RENAJU e o terceiro “nó” é sua organização.

Também adotei as seguintes conotações do termo “nós”: o primeiro “nós” constituem os limites que devem ser superados para que a Rede potencialize suas ações; o segundo “nós” concerne aos distintos sujeitos coletivos que a compõem e o terceiro “nós” é formado pelo sujeito coletivo da RENAJU.

O objetivo central desta monografia não foi realizar uma retomada do histórico da RENAJU, mas sim avaliar os “nós”, na acepção de desafios que se colocam para a Rede na potencialização das suas ações, principalmente a partir do debate realizado na última década.

Na presente pesquisa utiliza-se como metodologia a pesquisa participante, que se fundamenta na metodologia da observação participante, em que há relações comunicativas com os sujeitos da situação investigada (THIOLLENT, 1988, p. 15).

A pesquisa participante envolve os seguintes elementos: a participação dos sujeitos “pesquisados” juntamente com os pesquisadores, a opção ideológica pelos oprimidos, o objetivo de transformação social e realização de uma ação transformadora, simultaneamente às atividades de pesquisa (HAGUETTE, 1992, p. 147).

A pesquisa participante promove a superação da dicotomia sujeito e objeto, já que é compreendida mediante a participação dos sujeitos envolvidos em todo o processo de pesquisa, inclusive na definição do tema, métodos, técnicas, ações, resultados e publicações, propiciando o rompimento da relação de dependência e submissão que prevalecem entre um sujeito e um objeto (JAUMONT, VARELLA, 2016, p. 439 e 440). A democratização do processo de pesquisa não significa que os sujeitos tenham um mesmo papel, pois o (a) pesquisador (a) tem a função de socializar os instrumentos e conhecimentos de que dispõe por meio de métodos dialógicos, estimulando a compreensão crítica por parte dos grupos populares (BRINGEL, VARELLA, 2014).

Nesse sentido, adota como pressuposto a historicidade e espacialidade do conhecimento científico, questionando sua pretensa universalidade, pois os (as) teóricos (as) reproduzem interesses sociais e políticos, de forma consciente ou não. A partir do momento em que o (a) pesquisador (a) reflete sobre a relação entre conhecimento e as contradições sociais, questiona a intencionalidade da pesquisa, os sujeitos beneficiados e o modo de produção da ciência (JAUMONT, VARELLA, 2016, p. 417). Além disso, desconstrói a neutralidade da ciência, afirmando a necessidade do compromisso com as classes populares, visando a colocar a ciência a serviço da causa popular, opondo-se ao imperialismo, à exploração oligárquica tradicional e possibilitando que as organizações populares atinjam seus objetivos (BONILLA et al, 1985, p. 137).

Para a presente pesquisa, no Encontro Nacional da Rede de Assessoria Jurídica Universitária - ERENAJU 2016 foram apresentados os objetivos da mesma, mas não houve uma participação constante dos sujeitos da pesquisa no seu decorrer. Porém, essa questão é mitigada pela minha militância na RENAJU, pois como pesquisadora integro a realidade a ser pesquisada, já conhecendo as problemáticas experimentadas pela sua própria vivência.

Apesar de não ter sido apresentado um plano de ação realizado conjuntamente com os sujeitos envolvidos na situação da pesquisa, esta pesquisa está em íntima conexão com a prática, podendo desembocar em transformações práticas, principalmente por meio de contribuições sobre o histórico da Rede, inclusive já foi disponibilizado o material encontrado nessa pesquisa para a RENAJU. Além da minha participação nos espaços da Rede foi

realizada a análise de seus documentos históricos, como relatorias das plenárias finais¹, outros espaços da Rede, reuniões, notas elaboradas e cartas direcionadas à RENAJU.

¹ As plenárias finais são espaços deliberativos que ocorrem nos ERENAJUs.

2 PRIMEIRO DESATAR DE NÓS: DOS NÓS QUE COMPÕEM A REDE A IDENTIDADE DA RENAJU

Este capítulo tem como objetivo compreender a identidade da RENAJU, tendo como ponto de partida os elementos que compõem o seu nome, com o acréscimo do popular. Por isso, buscou-se refletir sobre o que significa ser uma rede, as implicações de atuar em âmbito nacional, a identidade das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares - AJUPs, sua relação com o direito e a universidade e os sujeitos com quem atuam.

2.1 Assessoria

Os serviços legais tradicionais caracterizam-se pela supremacia dos interesses individuais, pelo apego ao formalismo, pelo paternalismo e pelo foco na assistência judiciária. Já os serviços legais inovadores definem-se pela supremacia de demandas coletivas, desenvolvendo ações visando ao fortalecimento da organização comunitária, procurando reduzir a dependência da comunidade da assessoria jurídica. Além disso, enfatizam demandas com impacto social (CAMPILONGO, 2011b).

A dicotomia assessoria *versus* assistência contribuiu para o fortalecimento da identidade das AJUPs com a educação popular, mas em determinada medida acarretou um distanciamento da atuação jurídico-processual, que também está relacionada com a crítica ideológica ao assistencialismo (ALMEIDA, 2015, p. 82 e 83).

Não necessariamente os serviços tradicionais se utilizam de soluções legalistas e os inovadores adotam soluções extralegis, pois nem sempre o posicionamento de vanguarda na concretização do acesso à justiça é antiformalista (CAMPILONGO, 1991a, p. 56). Por isso, a diferença não está na estratégia legal utilizada, mas na politização das demandas presente nos serviços legais inovadores (CAMPILONGO, 1991a, p. 56).

A distinção entre assistência jurídica e assessoria jurídica popular ou serviços legais tradicionais e inovadores está no aprofundamento do conteúdo político realizado pelo assessor jurídico popular, implicando uma opção pelo povo (LIMA, 2008, p. 2 e 3).

A assessoria universitária envolve a realização de assessoria jurídica popular mediante projetos ligados à universidades (RIBAS, 2010). Já a assessoria estudantil tem as seguintes características: protagonismo estudantil, foco em atividades educativas e autonomia dos grupos em relação à universidade e demais instituições (RIBAS, 2011, p. 54). Ana Lia Almeida (2015, p. 238) estabelece como elementos centrais da AJUP: a educação popular, a horizontalidade, o protagonismo estudantil e amorosidade.

Conforme a concepção de Vitor Dieter (2011, p. 41), a AJUP tem o objetivo de colaborar na organização popular, de forma a auxiliá-la a desvendar processos de dominação que permitam a transição da consciência fatalista para a crítica².

Segundo entrevista realizada por Luiz Otávio Ribas com E.J., em 7 de abril de 2007:

Sinceramente, consciência que eu consegui elevar foi a minha sabe. Porque por mais que a gente estude muito a questão da educação popular e de como você dialogar com as pessoas a respeito desses temas que nunca vão estar colocar na mídia, por exemplo né. Apesar disso a gente ainda se bate muito né porque a gente pensa assim que só pelo fato da gente estudar a pedagogia do oprimido a gente vai saber dialogar com o povo. Só que daí quando você elementos concretos, digamos assim, por exemplo o aluno do colégio que não quer dialogar com a gente porque foi massacrado a manhã inteira pela educação bancária, né. Então são elementos objetivos que só funcionam na prática. Então, eu não sou idealista assim de achar que é só conhecer um pouco mais de pedagogia que a gente vai começar a ter resultados efetivos. Eu acho que talvez mais importante que isso é o próprio engajamento nas lutas que a população tem, eu acho isso bastante pedagógico assim. Agora você como intelectual você tem o dever de puxar a discussão, problematizar aquilo que está sendo aquela luta que está sendo levada né, pra que não seja mero ativismo (RIBAS, 2007, p. 19).

A partir da entrevista acima, pode-se afirmar que a principal contribuição das AJUPs acaba sendo a própria transição de consciência para os (as) próprios (as) estudantes, pois a utilização da educação popular com o intuito de promover a transição da consciência fatalista para a crítica demanda uma maior proximidade e frequência de presença na comunidade, que nem sempre as AJUPs conseguem manter.

Além disso, há dificuldade no aprofundamento teórico, em decorrência do caráter cíclico dos estudos, que podem cair na superficialidade ou no pragmatismo (ALMEIDA, 2015, p. 246), dificultando o procedimento de investigação dos temas-geradores.³

Como apontou a fala do entrevistado, nem sempre as pessoas com quem se vai trabalhar têm interesse no desenvolvimento das atividades de educação popular, pois seus resultados não são imediatos. Ainda concordando com o entrevistado, a movimentação nas lutas concretas produz a transição de consciência, pois a partir do momento de seu engajamento, percebe-se enquanto sujeito transformador de sua própria realidade, tendo os

² O fatalismo impossibilita os seres humanos de atuarem frente aos fatos, já a consciência crítica é a representação da realidade conforme a existência empírica nas suas correlações causais e circunstanciais, de forma integrada à realidade. Por isso, é essencial a transição da consciência fatalista para a crítica para que homens e mulheres considerem a realidade historicamente, e, portanto passível de ser transformada (FREIRE, 2011, p. 138 e 139).

³ O tema gerador é selecionado a partir da compreensão que mulheres e homens têm do mundo (FREIRE, 2014, p. 121 e 122). Sobre a aplicação dos temas geradores ver Silva (2007) e Miranda (2010).

(as) estudantes o papel de problematizar as práticas e falas do próprio povo, para que este perceba suas próprias contradições.

A horizontalidade é uma resposta à hierarquização presente na sociedade capitalista, visando a outras formas de socialização, bem como se relaciona ao processo de reorientação das esquerdas, que passou a questionar as relações verticalizadas existentes nas tradicionais organizações de esquerda (ALMEIDA, 2015, p. 264). Esse “questionamento é mais um motivo de estranhamento entre os estudantes da AJUP e o universo das faculdades de direito” (ALMEIDA, 2015, p. 265 e 266).

A horizontalidade dentro da AJUP corresponde à possibilidade de que todos (as) possam ser protagonistas, não havendo a concentração decisória em determinada pessoa, que também daria a linha política (ALMEIDA, 2015, p. 264).

No entanto, a horizontalidade dentro da AJUP enfrenta obstáculos na sociedade de classes (ALMEIDA, 2015, p. 266). Por isso, a horizontalidade é algo conquistado e não surge espontaneamente, como demonstra a seguinte fala de Alberto, realizada em Fortaleza no dia 18 de maio de 2013, na pesquisa de Ana Lia Almeida (2015, p. 267): “Muito da horizontalidade passa por ações afirmativas da galera que tá mais calejada, com mais experiência de núcleo, de tentar problematizar, convidar, fazer com que o pessoal novo se coloque como sujeito que eles são.”

Ainda que os (as) mais velhos (as) possam tornar-se figuras de referência dentro do grupo não há uma imposição, mas apenas adotam uma postura de liderança que é reconhecida pelo grupo (ALMEIDA, 2015, p. 268), e, portanto, não contradizendo com a horizontalidade proposta pelo grupo.

Na RENAJU também está presente uma tensão entre os (as) integrantes que estão na Rede há mais tempo e aqueles (as) que acompanham há menos tempo. Nesse sentido, os (as) mais velhos (as) têm um papel fundamental de repassar acúmulos coletivos, de forma a evitar o cometimento dos mesmos erros, e a rediscussão das mesmas questões. Por outro lado, os (as) mais novos (as) cumprem o papel de questionar práticas muito sedimentadas.

O protagonismo estudantil implica no papel de destaque desempenhado pelos estudantes nas atividades das AJUPs, que é relevante como contraposição ao modelo de educação bancária, em que o processo educativo é visto como um “ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros

pacientes” (FREIRE, 2014, p. 94), pois o estudante é um sujeito ativo na propositura das ações a serem realizadas.

Em relação à amorosidade nas práticas da AJUP, “situo-me no campo do que responde por mística nas esquerdas, alimentando a memória histórica das lutas sociais ao reivindicar elementos que escapam da mera racionalidade cartesiana, acessando e traduzindo o mundo das emoções” (ALMEIDA, 2015, p. 307 e 308).

Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 311), a amorosidade na AJUP está relacionada a elementos da conjuntura de reorientação da esquerda. O primeiro deles é a conformação de determinados setores sociais na “cultura política da crise”, derivada da necessidade de produção de consensos impostos pela contraofensiva do capital. Nesse sentido, o amor é despolitizante, porque é uma forma de oposição ao conflito (ALMEIDA, 2015, p. 311). O segundo deles é o questionamento da divisão entre público e privado, que relegava a segundo plano as questões referentes a subjetividade nas organizações de esquerda. A luta pela libertação das mulheres e de sujeitos (as) LGBTs implicava a necessidade de discutir problemáticas que se encontravam escondidas nas relações privadas, abarcando relações de opressão para além da dominação de classe (ALMEIDA, 2015, p. 311, 312 e 313).

Na pesquisa de Ana Cláudia Tavares foi constatado que:

Os laços afetivos contribuem para a manutenção de advogados populares, mesmo com todas as dificuldades financeiras e profissionais decorrentes dessa opção. Os espaços de reunião e de encontro da RENAP favorecem o desenvolvimento não apenas da identidade coletiva, mas também desses laços internos (TAVARES, 2007, p. 71).

Desse modo, a amorosidade também é presente na RENAJU, os vínculos afetivos gerados nos espaços da Rede são importantes tanto para a articulação entre os grupos quanto para motivar a persistência na militância nas AJUPs e na construção das atividades da RENAJU.

2.2 Jurídica

A interdisciplinariedade na Assessoria Jurídica Popular comporta pelo menos duas interfaces: entre o saber jurídico e os demais conhecimentos acadêmicos, e entre estes e o saber popular (CUNHA, MIOLA, 2009, p. 233). Ainda é um desafio para as AJUPs, tanto que em pesquisa realizada por Fabiana Severi (2014) aponta que dos (as) estudantes entrevistados (as) 93,08% cursavam a graduação em Direito.

A AJUP utiliza conhecimentos advindos de distintas áreas do conhecimento, mas há uma dificuldade de aproximar estudantes e profissionais de outras áreas do conhecimento, quando isso ocorre é decorrente de contatos pessoais. Um alargamento da abertura para profissionais de outras áreas ocorre em uma perspectiva de maior respaldo institucional, gozando de maior apoio por parte de professores e técnicos.

A importância da interdisciplinariedade dentro das AJUPs não deve ser um fator para menosprezar uma atuação jurídica.

A assessoria jurídica popular desenvolveu suas bases teóricas, influenciada pelo direito alternativo⁴, pluralismo jurídico⁵, direito achado na rua⁶ em detrimento do direito insurgente (DIEHL, 2009a, p. 7), que consistem na resistência ou na coexistência com o direito estatal, não implicando a insurgência, ou seja, o direito do povo rebelar-se contra a classe dominante (DIEHL, 2009a, p. 7 e 8).

Edmundo Lima de Arruda Júnior (1993, p. 184 e 185) estabeleceu a seguinte tipologia para os usos do direito: 1º) O plano do instituído negado implica na cobrança da efetividade de normas conquistadas; 2º) O plano do instituído relido refere-se ao campo da interpretação e aplicação das normas; 3º) o plano do instituinte negado diz respeito ao pluralismo jurídico e envolve os dois níveis anteriores, “trata-se do lugar não ‘exclusivo’ dos operadores jurídicos, posto que está em primeiro lugar sob direção da própria comunidade” (ARRUDA JUNIOR, 1993, p. 185).

O positivismo de combate refere-se à utilização “da técnica jurídica e do discurso hegemônico para levar as últimas consequências sua fraseologia democrática e coletivista” (PAZELLO, 2014a, p. 36). Já o uso alternativo do direito incide sobre a hermenêutica jurídica, por meio do qual “a técnica não só aprofunde o que diz mas que diga mais do que costuma dizer” (PAZELLO, 2014a, p. 36).

O direito insurgente fundamenta-se nas lutas concretas da classe trabalhadora e na crítica às estruturas do capitalismo, assumindo o posicionamento de que a ação jurídica é mero complemento da ação política (BALDEZ, 1989).

⁴ A matriz teórica do direito alternativo está no direito europeu, surgindo por iniciativa de magistrados que buscavam garantir o acesso a direitos fundamentais durante e após regimes ditatoriais, possibilita a coexistência dentre várias regulações jurídicas, sem a pretensão de que a concepção alternativa torne-se hegemônica (DIEHL, 2009a, p. 4 e 7).

⁵ O pluralismo jurídico demonstra “a existência de manifestações jurídicas supra-estatais, que emanam da comunidade e de movimentos sociais” (DIEHL, 2009a, p. 4), originando-se de pesquisas realizadas em comunidades pobres.

⁶ O direito achado na rua faz referência à teoria dialética do Direito de Roberto Lyra Filho, compreendendo que “o direito não poderia ser reduzido a ‘campos de concentração legislativo’” (DIEHL, 2009a, p. 4).

Segundo Ricardo Pazello (2014a, p. 469), o direito insurgente tem como horizonte a superação do direito⁷, desvelando sua essência, a assessoria jurídica popular permite a exploração apenas de seu uso tático, permitindo a luta em três frentes: a técnico-jurídica, a político-organizativa (teoria da organização política dos movimentos populares) e a pedagógico-popular (incentivo à organização popular), todas partindo de uma teoria crítica da sociedade. Ademais, a crítica jurídica com as contribuições da assessoria jurídica popular assume uma unidade entre teoria e prática (PAZELLO, 2014a, p. 459).

Conclui-se que é importante a incorporação do direito insurgente pelas AJUPs porque sua concepção está relacionada com as lutas populares. Além disso, tem como horizonte a extinção do direito, o que não implica na sobrevalorização do direito nem uma crença em sua capacidade emancipatória, usando apenas seu uso tático, que abarca não só a técnica-jurídica, mas também o incentivo à mobilização popular.

2.3 Universidade

A universidade tem a função de reproduzir as condições ideológicas em que a burguesia embasa sua dominação de classe, tanto em relação à divisão do trabalho, reproduzindo a distinção entre trabalho manual e intelectual, formando os dirigentes políticos e econômicos, como em relação à reprodução da estrutura de autoridade e demais elementos que integram a dominação burguesa. A reprodução do sistema de dominação também ocorre pela propagação dos valores ideológicos que legitimam a dominação, como por exemplo, a transmissão de valores como individualismo e competição (MARINI, SPELLER, p. 3).

A universidade desenvolve ciência e técnicas que deverão ser utilizadas para explorar o trabalho, favorecendo o capital e formando quadros necessários para o mercado de trabalho (MARINI, SPELLER, p. 3 e 4). Além disso, é um dos locais em que a burguesia realiza alianças de classes fundamentais na afirmação de sua dominação: com as antigas classes dominantes preservando os antigos privilégios e com as classes subalternas como um meio de ascensão social (MARINI, SPELLER, p. 4).

As disputas possíveis dentro da universidade não modificam a sua essência de servir para a dominação. Além disso, segundo Diego Diehl (2009b, p. 425):

⁷ O direito a ser extinto é considerado como “conjunto de relações jurídicas que garante e reproduz a livre circulação de mercadorias e, portanto, a exploração da (mercadoria) força de trabalho como se aí houvesse uma igualdade material, que na verdade só esconde uma desigualdade material” (PAZELLO, 2014a, p. 36).

a Universidade também não está imune às contradições inerentes à luta de classes: as forças hegemônicas e contra-hegemônicas em disputa geram atividades **estruturalmente** de reafirmação do status quo (quando muito com algumas reformas, mas que, no geral, mantêm a mesma lógica dominante) e **fragmentariamente** de libertação das classes oprimidas e dominadas. ⁶

A Universidade Popular concebida como “instituição que potencializa os conhecimentos e as práticas da classe trabalhadora, não é possível dentro da sociedade capitalista” (DIEHL, 2009b, p. 428).

A universidade popular dentro da ordem compreende as seguintes dimensões: a universidade de combate, o uso alternativo da universidade e a universidade insurgente⁸ (PAZELLO, 2014a, p. 32). Os critérios para a formação da universidade popular são o protagonismo estudantil e a vinculação com as classes populares (PAZELLO, 2014a, p. 37).

A universidade de combate refere-se aos conteúdos de cunho popular, mas ainda nos padrões hegemônicos de ensino (PAZELLO, 2014a, p. 32), devendo se manifestar na busca por conteúdos insurgentes e contra-hegemônicos e na mobilização política, não restrita às demandas por melhores condições de ensino, mas também se estendendo a outras demandas relacionadas ao povo (PAZELLO, 2014a, p. 38). Porém, a universidade de combate apresenta os seguintes limites: ausência de um projeto autônomo de sua realização e a necessidade de problematizar o modo de produção do conhecimento e não apenas seu conteúdo (PAZELLO, 2014a, p. 38 e 39).

A problematização da construção do conhecimento é realizada pelo uso alternativo da universidade. Nesse âmbito se inserem os grupos de extensão e determinadas formas de pesquisa coletiva, que evoluem quando integradas, e respaldadas pela organização política de estudantes, professores e trabalhadores da universidade, que apliquem os conhecimentos no âmbito do ensino. Além disso, o uso alternativo da universidade reflete-se nas cotas raciais e sociais, já que é fundamental a democratização do ensino superior no Brasil (PAZELLO, 2014a, p. 40 e 41).

Além das formas pensadas dentro da ordem é necessário refletir sobre as formas situadas fora da ordem: a extinção da universidade como “forma histórica subsumida perfeitamente ao modo de produção capitalista; e a *nova universidade*, onde se realizará a formação prático-teórica de homens e mulheres” (PAZELLO, 2014a, p. 32).

⁸ A universidade insurgente ainda está situada nos marcos de uma universidade localizada dentro do capitalismo, porém, utiliza até o limite do possível dos indícios populares presentes na universidade de combate e no uso alternativo da universidade, promovendo a fusão entre protagonismo estudantil com o popular. Um exemplo de universidade insurgente é a proposta educativa dos movimentos populares (PAZELLO, 2014a, p. 42).

As AJUPs podem auxiliar na construção de uma universidade popular de combate e no uso alternativo da universidade, mobilizando estudantes para questionar o modo de produção de conhecimentos e seus conteúdos e contribuir na luta para que os sujeitos que não tem acesso à universidade ocupem seus bancos.

Nesse sentido, a identidade das AJUPs como extensão limita as atuações possíveis na ordem institucional, distanciando-os das movimentações mais radicalizadas dos sujeitos subalternizados. Possivelmente, a atuação das AJUPs nos fortalecimento das lutas populares também é limitada pelos pudores que as AJUPs têm em relação ao poder e à política (ALMEIDA, 2015, p. 327).

Há um distanciamento da AJUP em se identificar com o espaço institucional da extensão universitária, devido à autonomia estudantil, ao mesmo tempo em que não se sentem confortáveis em se definirem enquanto movimento estudantil, por um estranhamento com suas práticas e pelo enfoque na representação estudantil⁹ (ALMEIDA, 2015, p. 237).

Normalmente a distinção entre o movimento estudantil e AJUP é que esta desenvolve uma atuação junto às lutas sociais. Já no movimento estudantil, a atuação externa envolve questões condizentes à educação, porém, há a visão de que deveria estar aliados a outras lutas sociais (ALMEIDA, 2015, p. 289).

Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 306), a rejeição à política aproxima os estudantes da identidade de extensão universitária, ainda que tenham a compreensão de que realizam uma disputa política da extensão. Por isso, as AJUPs são uma mediação para que estudantes realizem disputas ideológicas dentro do campo jurídico.

Nesse sentido, defendo que as AJUPs tenham como horizonte sua constituição enquanto movimento estudantil, tendo a função de organizar estudantes para contribuir com as lutas populares. Nesse sentido, deve ser rompida a separação entre movimento estudantil tradicional e alternativo, já que os vícios podem existir em ambos e a aproximação com as lutas sociais também pode ocorrer no movimento estudantil tradicional.

⁹ Em 2013, o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular – Majup Isabel da Silva, (nesse período, ainda se denominava Fórum de Extensão), de que faço parte, passou a integrar a Frente de Esquerda e a gestão do Centro Acadêmico Hugo Simas 2013-2014. Essa experiência fez com que os integrantes da AJUP se obrigassem a refletir sobre sua própria identidade enquanto movimento estudantil e trazia pautas que normalmente não eram colocadas em questão pelo “movimento estudantil tradicional” (SILVA, 2016, p. 15). Além disso, possibilitou um aprendizado em relação ao convívio com forças políticas diferentes, que é uma visão necessária para a atuação em comunidade. Ainda que a AJUP não conseguisse acompanhar com a mesma intensidade as demandas do centro acadêmico, pois seu foco eram as demandas externas à universidade.

2.4 Popular

A identificação como popular significa uma opção por estar ao lado do povo¹⁰, e que o apoio aos movimentos sociais populares caracteriza a prática da assessoria jurídica popular (ALMEIDA, 2015, p. 92).

Os (as) estudantes das AJUPs atuam junto ao povo, que em sua organização pode acarretar uma forma de organização distinta, em que haja a superação da exploração. Para uma contribuição dos (as) militantes da AJUP aos grupos com quem trabalham é necessária a elaboração de estratégias de intervenção na realidade, em diálogo com os sujeitos com quem se trabalha, visando atingir um espaço delimitado na luta política (LIMA, 2008, p. 5).

Foi bastante comum a preferência das AJUPs por comunidades desorganizadas, escolhidas em razão da sua carência e havia a pretensão dos (as) estudantes em organizar a comunidade, porém, é algo que as AJUPs não conseguem fazer, dada a dificuldade de manterem um contato frequente com a comunidade, e a dificuldade de formulação em um projeto político.

A organização popular não é tarefa da assessoria jurídica popular, mas sim das organizações dos próprios sujeitos subalternos. O máximo que as AJUPs podem fazer é fortalecer esses sujeitos que protagonizam os projetos de transformação da realidade (ALMEIDA, 2015, p. 225). Nesse sentido, devido às várias limitações da contribuição das AJUPs no fortalecimento das lutas populares, sua maior contribuição é o de promover disputas ideológicas com estudantes e da universidade (ALMEIDA, 2015, p. 225).

Com isso, percebe-se que a definição da atuação da assessoria jurídica popular não pode ser a carência dos setores oprimidos, mas o “potencial insurgente e transformador que a atuação política organizada dos diferentes setores dessas classes contém em si” (DIEHL, 2013, p. 1137).

O fato de que um movimento social não esteja atuando não implica que a comunidade não esteja organizada, pois atuam pessoas que são figuras de referência na localidade (ALMEIDA, 2015, p. 251). Além disso, a articulação junto a movimentos sociais normalmente envolve o trabalho em comunidades específicas (ALMEIDA, 2015, p. 252).

Historicamente esse dilema foi encarado em um momento em que o trabalho comunitário enquadrava-se melhor às demandas das AJUPs, devido à hesitação dos

¹⁰ No presente trabalho, adota-se a concepção de povo enquanto bloco dos oprimidos de uma nação, integrado pelas classes dominadas e pelos grupos sociais que não compõem a classe capitalista ou esporadicamente exercem práticas de classe (DUSSEL, 1986, p. 97).

estudantes em relação às ações mais radicalizadas do povo (ALMEIDA, 2015, p. 253). Atualmente os integrantes das assessorias acreditam que só se relacionam com movimentos sociais, mas não com partidos políticos (ALMEIDA, 2015, p. 256). Os movimentos sociais não têm um projeto de classe tão bem delimitado quanto tinham os sindicatos e partidos políticos, e suas ações passaram a ser vistas como lutas identitárias e não como componentes da luta de classes (ALMEIDA, 2015, p. 256 e 257).

Segundo a pesquisa realizada por Fabiana Severi (2014, p. 40), as AJUPs majoritariamente atuavam junto a movimentos sociais urbanos e rurais. A atuação junto a grupos ligados à questão agrária é mais tradicional nas AJUPs, tanto pela atuação junto aos movimentos de luta pela terra, quanto pela utilização dos símbolos desses grupos no cotidiano dos grupos e dos espaços desses movimentos para a realização de eventos da RENAJU e das AJUPs (SEVERI, 2014, p. 58).

De acordo com Fabiana Severi (2014, p. 50), a temática relacionada à questão urbana tem a maior incidência em relação aos grupos que integraram a pesquisa e sua distribuição territorial era quase homogênea. Segundo Fabiana Severi (2014, p. 50), essa incidência é oriunda das formas de organização dos movimentos populares da temática, da intensificação dos protestos relacionados com o tema de mobilização, a identificação dos estudantes das AJUPs com a pauta, a maior facilidade de manter contatos frequentes com comunidades urbanas do que rurais e “o histórico de algumas AJUPs pioneiras, que tinham o tema da moradia como principal motriz de suas ações e reflexões” (SEVERI, 2014, p. 50). Também há núcleos que desenvolviam uma atuação junto a movimentos que reivindicavam reforma agrária, e por meio da articulação entre reforma agrária e urbana, passaram a atuar em grupos urbanos (SEVERI, 2014, p. 50).

A pesquisa também revela o crescimento da atuação junto a temáticas referentes à gênero e sexualidade, que estão presentes não apenas pela realização de assessoria, mas também em discussões internas dos próprios grupos sobre a temática, o que está relacionado com a maior visibilização e conquistas dos movimentos feministas e LGBTs (SEVERI, 2014, p. 52). Porém, apenas duas AJUPs declararam que atuavam junto à temas referentes a raça e etnia, que pode ser explicada pela falta de proximidade entre o curso de direito e os movimentos sociais nessa temática, bem como a maioria dos estudantes são brancos, que não têm contato com esses movimentos (SEVERI, 2014, p. 56). Ademais, como ressalta SEVERI (2014, p. 56):

É importante ressaltar, porém, que as temáticas ligadas a todos os marcadores sociais de diferenças (gênero, raça, étnica e classe social) são transversais em quase todas as práticas desenvolvidas pelas AJUPs. Isso pode ser identificado nos documentos produzidos por elas com propósitos de formação interna ao grupo, de mobilização estudantil e de educação popular junto aos grupos atendidos.

Portanto, as AJUPs tem uma identificação política com o povo. Porém, o papel dos grupos de assessoria não é organizar os sujeitos subalternos, mas sim buscar fortalecer esses sujeitos. Além disso, a partir da pesquisa de Fabiana Severi foi visto que as AJUPs atuam majoritariamente com movimentos urbanos e rurais, e que se registrava um acréscimo da atuação em temas referentes à gênero e sexualidade.

2.5 Reticular

As redes surgem a partir da necessidade de articulação com outros grupos com quem se identificam, de forma a visibilizar suas lutas. Nessa articulação está presente uma tensão entre participar com e por meio do estado na elaboração de políticas públicas ou atuar como um agente de pressão autônoma da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113 e 114), que esteve presente na RENAJU, principalmente, nas discussões sobre as políticas de editais, que será tratado no próximo capítulo.

As redes sociais são grupos construídos ao redor de objetivos em comum, os quais se constituirão como fios da rede, conectados por meio de elos, compostos por indivíduos ou organizações integrantes (SCHERER-WARREN, 2011a, p. 1). Já os coletivos em rede são formados por articulações entre organizações ao redor de pautas “em comum, que visam difundir informações, buscar apoios solidários ou desenvolver estratégias de ação conjunta.” (SCHERER-WARREN, 2011a, p. 2). Quando os coletivos em rede são nós de uma rede mais ampla de um movimento social compõem uma rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2011a, p. 2).

As redes de movimentos sociais podem ser definidas da seguinte forma:

redes sociais complexas, que transcendendo organizações empiricamente delimitadas, conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, num processo dialógico que compreende três dimensões:

- Identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, formando a identidade do movimento em torno de uma causa comum;
- Definição de campos de conflito e de resistência a adversários e mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, definindo opositores ou antagonistas;
- Definição de propostas, objetivos ou projetos de transposição dos limites de situações sistêmicas indesejáveis, visando transformações sociais ou mudanças sistêmicas (SCHERER-WARREN, 2011a, p. 2).

A RENAJU é uma rede de movimento social, porque é a principal forma de articulação nacional das AJUPs, que é uma expressão do movimento estudantil, bem como foi importante na formulação e difusão da identidade da assessoria jurídica universitária popular, ainda que seu projeto político e a definição de opositores não sejam tão claramente delimitados.

As redes de movimentos surgidas no Brasil apresentam as seguintes características: “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político” (SCHERER-WARREN, 2011b, p. 119).

Em relação ao pluralismo organizacional e ideológico evoca uma das tensões presentes na RENAJU: a de ser um espaço plural e agregue sujeitos com concepções distintos e a necessidade de maior afinidade entre os núcleos¹¹, a fim de que sejam realizadas ações conjuntas.

Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 114 e 115), a forma organizativa rede está situada em um processo de reorientação das esquerdas, marcado por um distanciamento dos ideários revolucionários de ruptura com o capitalismo, surgindo como contraponto à hierarquia das tradicionais organizações de esquerda. Nesse contexto, surge a RENAJU adotando o modelo rede como forma de horizontalizar suas relações e também para evitar o formalismo e excessiva burocracia.

2.6 Nacional

Desde o surgimento, a RENAJU nasceu com pretensão de ser nacional, porém, não reúne todas as AJUPs existentes, seja pela falta de integrantes, excesso de atividades, dificuldades financeiras, desinteresse ou divergências.

Desde seu início, a articulação da RENAJU, na região Nordeste, é muito mais forte do que no resto do país, devido à maior quantidade de AJUPs na região e a maior articulação entre os grupos mais próximos. Em alguns estados inclusive são organizadas Redes estaduais, como o caso da Ciranda das Assessorias Revolucionárias Universitárias Emancipatórias – CARUÉ, que congrega os núcleos do Maranhão, da Rede de Assessoria Jurídica do Piauí - REAJUPI e a Rede de Assessoria Jurídica Universitária Estadual – REAJU, formado pelos grupos de assessoria do Ceará.

¹¹ Núcleo é uma terminologia comum na RENAJU para designar as AJUPs.

A articulação da Rede no Sudeste e Sul ainda é frágil. Normalmente, as AJUPs participam dos encontros da RENAJU quando ocorrem próximos a sua região, mas é mais difícil a sua participação nos espaços realizados em locais mais distantes ou nos momentos de organização dos encontros. Em relação às regiões Norte e Centro-Oeste contam com menos AJUPs e vínculos ainda mais frágeis com a Rede.

A maioria das AJUPs está relacionada a universidades públicas, o que também limita a inserção da RENAJU a estas instituições de ensino.

Na pesquisa de campo realizada por Ana Lia Almeida, Nina, na entrevista realizada em Fortaleza, em 18 de abril de 2013, revelou o seguinte:

A RENAJU, como uma rede nacional, é um espaço importante de articulação dos núcleos, de fortalecimento, de saber que tá tocando um projeto de extensão e tem alguém, sei lá, do Rio Grande do Sul que tem uma base teórica próxima da sua, isso fortalece. Não só isso, mas saber que estão passando por situações semelhantes, tanto na faculdade de direito, como dificuldades que eles apresentem em alguma comunidade. A rede nacional é um espaço de fortalecimento dos núcleos. Desse fortalecimento vem o espaço de construirmos a assessoria jurídica popular. A última campanha foi um avanço, muitos núcleos conseguiram tocar a campanha (ALMEIDA, 2015, p. 115).

Portanto, o fato da Rede organizar-se nacionalmente é um fator de fortalecimento das AJUPs, a partir da percepção que existem grupos no país inteiro que realizam atividades de assessoria jurídica popular.

As AJUPs são uma forma de movimento estudantil que realizam uma opção política pelo povo e em sua identidade estão presentes os seguintes elementos: amorosidade, educação popular, horizontalidade e protagonismo estudantil. Ademais, a meu ver deveriam pretender a extinção do direito, porém, utilizando-o taticamente. Da mesma forma, podem auxiliar na construção de uma universidade de combate e de um uso alternativo da universidade. A RENAJU é uma rede que congrega essas AJUPs, pretendendo-se nacional, embora não englobe todos os grupos existentes.

3 SEGUNDO DESATAR DE NÓS: HISTÓRICO DA REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

O segundo capítulo tem como objetivo compreender o processo de surgimento e consolidação da RENAJU, visando à percepção da constituição de alguns dos nós que perpassam a realidade da Rede até hoje e que serão aprofundados no terceiro capítulo. A divisão da história ocorreu em três momentos: o primeiro deles aborda seu surgimento e consolidação como espaço voltado para troca de experiências, criação de novos grupos e fortalecimento da perspectiva da assessoria; o segundo deles foi marcado pela influência da problemática da RENAJU como sujeito coletivo e formas de atuação conjunta entre os núcleos; e o terceiro deles teve como marco a discussão organizacional.

3.1 Antecedentes da Renaju e sua atuação até 2005

Em 1950, o Serviço de Assistência Judiciária¹² da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SAJU UFRGS surgiu como um departamento do Centro Acadêmico André da Rocha. O início da ditadura militar acarretou uma maior politização do espaço, inclusive por meio do envolvimento em causas que ultrapassavam a assistência realizada e gerando conflitos com a Direção da Faculdade de Direito, que em resposta criou um órgão autárquico para administração do SAJU, em 1968. Em decorrência da criação de outro órgão destinado a preparação técnica dos (as) estudantes, encerrou suas atividades em 1971, que só foram iniciadas novamente entre 1976 e 1977, desempenhando atividades de cunho mais assistencialista (NUNES).

O Serviço de Assistência Judiciária¹³ - SAJU-UFBA foi fundado na década de 60, mas suas atividades foram encerradas já em 1964, só retornando nos anos 80, devido à ditadura militar (LUZ, 2014, p. 156).

Na primeira metade da década de 80, o SAJU UFRGS iniciou uma atuação inspirada na advocacia popular, realizando ações de usucapião em Porto Alegre. Com isso, consolida-se no projeto uma divisão entre as atividades de assistência envolvendo casos individuais e

¹² O SAJU-UFRGS modificou seu nome para Serviço de Assistência Jurídica na década de 60, pois entendia que assistência judiciária era prestada pelo Estado e por isso seria mais adequado assistência jurídica. No final da década de 80 passou a ser denominado Serviço de Assessoria Jurídica, em decorrência da realização da assessoria jurídica juntamente com a assistência (NUNES).

¹³ Posteriormente é alterada sua designação para Serviço de Apoio Jurídico (LUZ, 2014, p. 156).

assessoria com ênfase em demandas coletivas. Após esse período também houve um afastamento da entidade em relação ao centro acadêmico (NUNES).

O Núcleo de Assessoria do SAJU-UFBA teve início em 1995, funcionando como um grupo de estudos até 1998, “buscando uma capacitação teórica para a construção de uma ação/intervenção no Direito” (OLIVEIRA, 2003, p. 35). Além disso, também integrava o Projeto Cansação, que desenvolvia atividades de extensão desenvolvidas há mais de dez anos, na região de Canudos, desempenhando atividades de educação jurídica, visando a “conscientização das lideranças populares, numa primeira etapa, para, posteriormente, buscar a solução conjunta dos problemas jurídicos fundamentais da organização comunitária” (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

No período de estruturação do Núcleo de Assessoria do SAJU, a Universidade Federal da Bahia - UFBA implementou o “Programa UFBA em Campo”, cujas bases originaram-se nas reflexões dos projetos anteriores como o “Projeto Cansação”, e demais discussões extensionistas da comunidade universitária. Este programa possuía um caráter interdisciplinar e foi pensado inicialmente pela pró-reitoria de extensão, e não pelas unidades isoladas (SANTOS, 2013, p. 44). Esse contexto permitiu uma aproximação do SAJU com as políticas de extensão desenvolvidas na universidade, devido à confluência de concepção de extensão com a do reitor: a de um projeto de extensão permanente com amplo protagonismo estudantil (SANTOS, 2013, p. 45).

O Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da Universidade Federal do Ceará - NAJUC-CE é a terceira AJUP mais antiga do país, e surgiu em 1992, por iniciativa dos (das) estudantes da instituição, por intermédio de convênio entre a universidade, OAB e Câmara Municipal de Fortaleza (OLIVEIRA, 2009, p. 155), mas houve um período de desarticulação do núcleo com o fechamento do Escritório de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza. A rearticulação do projeto ocorreu com o surgimento do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (JUSTA et al, 2012, p. 48).

Em relação à assessoria jurídica universitária popular de Fortaleza-CE denota-se uma articulação entre a advocacia popular e as AJUPs, tanto que em 2001 o Centro de Assessoria Jurídica Universitária - CAJU e o NAJUC-CE foram procurados pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para fundar o EFTA, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-CE e o Tribunal de Justiça do Ceará (MAIA,

2006, p. 123). Posteriormente o Serviço de Apoio Jurídico Universitário da Universidade de Fortaleza - SAJU-UNIFOR também integrou a parceria (MARTINS, 2011, p. 19). A equipe de estagiários (as) do escritório era selecionada por meio da parceria com as AJUPs até a exoneração de toda a equipe do EFTA em 2011, e que por pressão popular voltou a funcionar, porém, com mudanças na escolha dos (as) estagiários (as) que passaram a ser selecionados (as) no processo seletivo geral da Assembleia Legislativa (MOREIRA, 2014).

O CAJU/UFC foi criado em 1997, pela insatisfação de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará com o ensino jurídico dogmático e elitista, iniciando estudos sobre “temas não inclusos no currículo oficial, como direitos humanos, teorias jurídicas críticas e sobre a necessidade de aproximação maior entre o direito dos códigos e a injusta realidade social” (MAIA, 2006, p. 118 e 119). Esses (as) estudantes tiveram contato com outros projetos de extensão de outros estados brasileiros, direcionados para a Assessoria Jurídica Popular, a partir do movimento estudantil de direito e dos Encontros Nacionais de Estudantes de Direito - ENEDs (MAIA, 2006, p. 119).

Em 1996, foi criada a Federação Nacional dos Estudantes de Direito - FENED, ocasionando a extinção da Coordenação Nacional dos Estudantes de Direito – CONED e consequentemente da Coordenação de Assessoria Jurídica Universitária – CONAJU, ligada a CONED. A CONAJU visava difundir as práticas de Assessoria Jurídica Popular, inclusive por meio da divulgação de boletins com informações sobre como formar uma assessoria e era gerida por estudantes com vínculos com o movimento estudantil tradicional (OLIVEIRA, PEREIRA, 2009, p. 154).

A influência da CONAJU para a formação das atuais AJUP's é marcada por ambiguidades, pois o SAJU-UFBA e SAJU-UFRGS, únicos grupos existentes, criticavam a gestão do espaço por membros do movimento estudantil tradicional¹⁴, devido à falta de organicidade, fundamentação teórica consistente e a reprodução de vícios de politicagem. Porém, o modelo e ideias da CONAJU influenciaram no processo de reformulação que experimentaram o SAJU-UFRGS e SAJU-UFBA entre 1995 e 1996 (OLIVEIRA, PEREIRA, 2009, p. 155).

Os ideais de assessoria desenvolvidos pela CONAJU estavam relacionados à compreensão de apoio jurídico popular, que implicava um remodelamento das relações

¹⁴ O distanciamento dos SAJUs em relação ao “movimento estudantil tradicional” reflete-se, por exemplo, na desvinculação do SAJU-UFBA do Centro Acadêmico Rui Barbosa, em 1993 (ALMEIDA, 2015, p. 285).

estabelecidas entre os profissionais de direito e os clientes. Nesse momento, já estava presente ainda que modestamente, a educação popular, o pluralismo jurídico, cidadania, já havia forte influência da distinção entre serviços legais tradicionais e inovadores, formulado por Celso Campilongo, situando a assistência jurídica como serviço legal tradicional e assessoria como inovador, o que acarretou que, nesse momento, a dicotomia assistência e assessoria jurídica popular fosse muito presente (RIBAS, 2008, p. 95 e 96).

A constituição da RENAJU também foi influenciada pelo surgimento da RENAP, que incentivava “a criatividade, interação e autonomia, incrementada pela comunicação informatizada, minimização da burocracia e descarte de laços institucionais ou formas hierárquicas de trabalho” (OLIVEIRA, PEREIRA, 2009, p. 156).

Segundo Luiz Otávio Ribas (2008, p. 51 e 52), a RENAJU foi fundada em Niterói pelo SAJU-UFBA e pelo SAJU-UFRGS. Já para Murilo Oliveira (2003, p. 38), a RENAJU surgiu em 1997, no Rio de Janeiro, fundada pelo Núcleo de Assessoria do SAJU-UFBA e pelo SAJU-UFRGS.

Segundo Oliveira e Pereira (2009, p. 153), com base em entrevistas realizadas via correio eletrônico com Vladimir de Carvalho Luz e José Humberto de Góes Junior, o ano de 1998 foi o momento inaugural da RENAJU, durante o Encontro Nacional de Assessoria Jurídica - ENAJU¹⁵ no ENED São Leopoldo/RS, pelo SAJU-UFBA, SAJU-UFRGS, CAJU-CE e Serviço de Auxílio Jurídico Universitário do Estado do Sergipe - SAJU/SE¹⁶. O nome RENAJU foi adotado somente de forma provisória, porém, nunca foi indicado outro nome (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 156).

Nesse período foram criadas duas listas de “e-mails”: a da RENAJU e de Operadores Jurídicos, que incluía pessoas que ainda não integravam nenhuma AJUP, tendo como objetivo o surgimento de novas entidades e a difusão dos ideais da Assessoria Jurídica Universitária Popular, por meio do conhecimento dos fundamentos teóricos e ideológicos da assessoria que eram discutidas na lista (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 156). Dada a maior movimentação da lista de Operadores Jurídicos do que a da RENAJU, as Assessorias Jurídicas Universitárias Populares – AJUPs não se identificavam enquanto RENAJU nos espaços de atuação.

¹⁵ O ENAJU é realizado nos ENEDs e é um momento importante de divulgação das práticas de AJUP e da RENAJU.

¹⁶ O SAJU-SE surgiu em 1998 e era vinculado a Universidade Federal do Sergipe (OLIVEIRA, 2009, p. 156).

Essa circunstância foi modificada após o ENED Brasília, em 2000, por meio da deliberação de construção de proposta de documento pelos núcleos CAJU/CE e NAJUC-CE que determinasse “os princípios, finalidades e critérios para a entrada, permanência e exclusão na Rede” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 157).

O primeiro encontro da RENAJU ocorreu na V Semana do SAJU-UFBA, em 1999, com o objetivo de “promover o debate sobre assessoria jurídica e educação popular e trocas de experiências das entidades que participavam desta rede” (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

Houve o crescimento de núcleos na Rede, a partir das fundações do Centro de Assessoria Jurídica Popular de Teresina da Universidade Federal do Piauí – CAJUÍNA, em 1999, do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular – NAJUP Negro Cosme da Universidade Federal do Maranhão, em 2000, do Serviço de Assessoria Jurídica Popular da Universidade de Fortaleza – SAJU/UNIFOR (PEREIRA; OLIVEIRA, 2009, p. 156 e 157).

No Encontro da Rede realizado em Aracaju/SE, em outubro de 2000, o NAJUC-CE e CAJU-CE elaboraram minuta intitulada “Estatuto da RENAJU”, que não foi eleito na Assembleia Geral da Rede, já que o termo estatuto se contraporia a rede, que caminharia para se tornar uma entidade, por isso, o documento foi aprovado como Carta-Compromisso da RENAJU. Segundo Oliveira e Pereira (2009, p. 157) representou o primeiro movimento de vinculação e fortalecimento das AJUPs na identidade da RENAJU após o momento de fundação.

Nesse Encontro foi deliberado que a RENAJU podia ser composta por entidades que fossem geridas pelos estudantes e desenvolvessem uma atuação em andamento e condizente com os princípios e finalidades da Carta Compromisso. Além disso, estabeleceu que o fórum de deliberação da Rede era a Assembleia Geral, realizada no ENAJU e no Encontro da RENAJU¹⁷ (RENAJU, 2000). Apenas as entidades integrantes da Rede podiam ter direito ao voto (RENAJU, 2001), ainda que qualquer pessoa pudesse participar dos encontros da Rede, desde que assegurada a prioridade dos integrantes e a disponibilidade da sede (RENAJU, 2000).

¹⁷ Só foi utilizada a designação ERENAJU (Encontro Nacional de Assessoria Jurídica Universitária), a partir do encontro seguinte ao Encontro da Rede, em 2000, mas a denominação obteve oposição de entidades que entendiam que o nome era esteticamente deficitário, porém, posteriormente ganhou aceitação (OLIVEIRA, 2009, p. 157).

Nesse período da história da rede, em várias ocasiões as deliberações eram tomadas mediante votação. Também havia uma delimitação mais clara do papel das instâncias deliberativas e dos critérios de inclusão nos espaços da rede e havia maior burocratismo do que hoje, ainda que a rede ainda fosse um ambiente informal, representando uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que engessa, permite maior clareza dos parâmetros decisórios.

O ingresso de novos membros ocorria por meio de sabatinas e posterior votação para deliberação sobre o ingresso de novos membros. O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular – SAJUP-PR buscou sua filiação à rede logo após seu surgimento, antes mesmo de ter contato com a comunidade e ainda guardava resquícios de ideias relacionadas à assistência jurídica, por isso, foi reprovado e seu ingresso na Rede só foi aceito no ENED seguinte (PINTO, 2014, p. 53 e 54). Luiz Otávio Ribas (2015a) também relatou que uma AJUP do Espírito Santo teria sido reprovada na sabatina.

Segundo Oliveira e Pereira (2009, p. 157), a RENAJU no seu início até 2005, funcionou como um espaço de discussão, troca de experiências¹⁸ e difusão dos ideais de AJUP, visando à ressignificação da educação jurídica universitária a partir das atuações locais dos núcleos de assessoria. Nesse momento não eram tomadas posições conjuntas enquanto Rede. Por isso, quando algum integrante enviava cartas de apoio ou de repúdio ou divulgasse informações de violações a direitos para a lista de “e-mails”, não havia manifestação enquanto RENAJU, seja lançando um documento coletivo ou seus integrantes atuando em seu nome, ainda que os núcleos se manifestassem individualmente, realizando atos e eventos.

3.2 A RENAJU de 2005 até 2010

Segundo Oliveira e Pereira (2009, p. 158), as discussões sobre a política de editais configuram o terceiro movimento de fortalecimento da identidade renajuana, ou seja, de um processo de construção do sujeito coletivo RENAJU. Desse modo, enquadram-se nesse processo as discussões sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a implantação das campanhas, o apoio crítico aos movimentos sociais e a articulação com a Rede Popular de Estudantes de Direito - REPED.

¹⁸ A troca de experiências realizada nos espaços da RENAJU permitiu não apenas o diálogo sobre as experiências dos projetos, mas também o debate sobre referenciais teóricos em torno da teoria crítica do Direito e educação jurídica (SANTOS, 2013, p. 55).

A partir de 2006, após deliberação no VIII ERENAJU, em Fortaleza, iniciaram-se a realização de encontros regionais das assessorias no segundo semestre, não se restringindo aos grupos que compunham a Rede (RENAJU, 2006). Nesse mesmo encontro foi aprovada a proposta de que a Rede passasse a ter uma campanha anual que iniciaria no encontro e finalizaria no próximo, que “consistirá na realização de debates nos espaços de atuação dos projetos, fomento de grupos de estudos, atuação concreta diante do tema, produção de material didático, etc.” (RENAJU, 2006, p. 2). A integração nas atividades da campanha não era obrigatória e os núcleos tinham autonomia para definir a abordagem ao tema.

Em 2006, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Direito nas Ruas, vinculado à Universidade Federal do Pernambuco e fundado em setembro de 2003, e Estação de Direitos/RN¹⁹ integraram a RENAJU (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 158).

No ano seguinte²⁰ ingressaram as seguintes AJUPs na Rede: NAJUPAK/PA²¹, NAJUP Isa Cunha/PA²², PAJE/CE²³, NAJUP/PUC-RS²⁴, SAJU-USP²⁵, NIJUC/RS²⁶, NAJUP/UCS²⁷, CAJU Passo Fundo²⁸ e NAJUP-GO²⁹ (RENAJU, 2007d).

Outra discussão importante que surgiu foi sobre a implantação do REUNI, que previa um aumento de vagas no ensino superior, mas não estabelecia acréscimo de recursos para a pesquisa e extensão e não previa um aumento proporcional de professores, gerando a

¹⁹ Foi criado em 2004 e era sediado na Faculdade Mater Christi, em Mossoró. Em 2007, a RENAJU enviou uma carta para essa instituição de ensino defendendo a manutenção da Estação de Direitos, em face das intenções da faculdade em fechar a AJUP (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 158 e 159).

²⁰ Em 2007 já integravam a RENAJU, mas não há informações da data de ingresso das seguintes AJUPs: Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Comunitária (NAJUC) Justiça e Atitude, sediado no Instituto Camillo Filho/PI, Centro de Assessoria Jurídica Universitária Popular (CAJUP) Mandacaru, vinculado ao Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT/PI (RENAJU, 2007c), mas participaram do ERENAJU 2004 (RENAJU, 2004).

²¹ Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Aldeia Kayapó da Universidade Federal do Pará - UFPA (RENAJU, 2007c), surgiu após o ENED de 2004, iniciando uma atuação no ano seguinte, com questões relacionadas à efetivação de direitos de crianças e adolescentes (CAVALCANTE; SANTOS, 2014).

²² Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isa Cunha da UFPA (RENAJU, 2007c).

²³ Programa de Assessoria Jurídica Estudantil da Universidade Regional do Cariri - URCA/CE (RENAJU, 2007c).

²⁴ Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da PUC/RS (RENAJU, 2007c).

²⁵ Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade de São Paulo - USP (RENAJU, 2007c).

²⁶ Núcleo de Interação Jurídica Comunitária da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (RENAJU, 2007c).

²⁷ Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Roda Viva da Universidade de Caxias do Sul - UCS (RENAJU, 2007c).

²⁸ Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) Sepé Tiaraju foi fundado em novembro de 2005, atuando junto a uma ocupação urbana em Passo Fundo/RS (RIBAS, 2008, p. 70). Foi excluído da Rede em 2010, pois não existia mais (RENAJU, 2010f).

²⁹ Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Goiás - UFG (RENAJU, 2007c).

precarização da universidade pública e vinha sendo aprovada na maioria das universidades de forma anti-democrática, o que acarretou em uma moção da RENAJU de repúdio completo do REUNI (RENAJU, 2008b).

O ERENAJU 2008 foi bem polarizado, algumas AJUPs refletiam que esse encontro foi importante para permitir que a Rede assumisse uma postura mais ativa no cenário nacional e outros núcleos que viam que não houve respeito à pluralidade ideológica e que para ocorrer o fortalecimento da atuação política deveria haver uma unidade na identidade da Rede e a preservação da autonomia dos núcleos.

Um exemplo da necessidade de fortalecimento de uma atuação mais unificada da RENAJU se deu por meio da alteração da Carta Compromisso da RENAJU:

Art. 4º – (...)

§3º - Os encaminhamentos da Rede devem ser cumpridos pelos projetos independentemente de consenso na deliberação.

§4º - Se os projetos, no uso de sua autonomia, descumprirem encaminhamentos, deverão manifestar publicamente que contrariamente à posição da RENAJU e comunicar a mesma acerca de seu posicionamento.

§5º - Os posicionamentos contrários a encaminhamentos da RENAJU manifestados pelos projetos deverão ser inseridos na programação do próximo ERENAJU, para fins de reavaliação acerca dos encaminhamentos, e, sempre em último caso, de aplicação das medidas cabíveis aos projetos, que deverão ser aprovadas por, no mínimo, 2/3 das entidades filiadas (RENAJU, 2008c).

A alteração da carta compromisso reflete a tensão entre a maior autonomia dos núcleos e a necessidade de garantir afinidade política da Rede.

Em 2008, o Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias - NEPE-UFSC, Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Produzindo Direitos – UERJ ingressaram na RENAJU, o Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil - CORAJE/PI também foi convidado, mas preferiu avaliar melhor suas relações com a Rede (RENAJU, 2008c) só integrando-a em 2010 (RENAJU, 2010f).

Em 2009, o Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular – PAJUP, sediado na Universidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), em São Luís e o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP Maria Aragão, da Faculdade São Luís, ambos da capital maranhense, ingressaram na Rede (RENAJU, 2009).

A necessidade de maior coesão política da rede também motivou a criação de um Plano Político Pedagógico – PPP, anterior ao XII ERENAJU, que visava fornecer a base política e metodológica para a realização do encontro (RENAJU, 2010a).

3.2.1 *A política de editais*

A RENAJU recebeu o convite para participar do Seminário Nacional Práticas Jurídicas Emancipatórias e o Ensino do Direito – Seminário EMANCIPAR, realizado pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Ministério da Justiça, em novembro de 2005, em Brasília, cujo objetivo era refletir sobre os desafios enfrentados pelos grupos de assessoria jurídica universitária e criar um plano de ação, visando ao fortalecimento desses grupos (OLIVEIRA, PEREIRA, 2009, p. 158).

Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 117), a participação da Rede no referido seminário era influenciada por um contexto de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, e a esquerda tentava entender a sua posição na ambiguidade de pressionar ainda mais o governo para atender as demandas populares, ao mesmo tempo em que via que era necessário construir a primeira experiência de um governo de um partido visto como de esquerda. Ou seja, estava relacionado com as avaliações das esquerdas sobre se deveriam apoiar o governo, que impunha limitações para atender as demandas populares ou criticá-lo.

Os estudantes estavam divididos em relação a apontar os avanços da iniciativa estatal, possibilitando que a rede pudesse integrar as discussões de uma política pública que os atingiria de forma direta ou criticar as suas limitações como a pontualidade do financiamento e a aliança do governo com o capital privado e internacional na educação, demonstrada, por exemplo, na presença da Fundação Ford na mesa de abertura do evento, acarretando na apresentação de um projeto de financiamento pela entidade, em conjunto com o MEC, para a extensão universitária (ALMEIDA, 2015, p. 117 e 118).

Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 118):

Ademais, os estudantes não haviam se organizado com o devido preparo para ocupar aquele espaço. Não haviam avaliado e se posicionado perante aquela nova conjuntura no país, não tinham discutido os termos de sua intervenção, não haviam se preparado para posicionar-se com o mínimo de unidade perante o Estado naquele momento. Os representantes dos ministérios que convidaram os estudantes, por sua vez, também não anteciparam com a devida clareza a forma e o teor das decisões que seriam travadas ali, de modo que o convite havia sido feito às vésperas do encontro, e sem as devidas explicações. Alguns estudantes avaliavam, por conta desse processo atribulado, que a RENAJU estava sendo convidada apenas para legitimar um processo já dado de política de extensão universitária. Inclusive houve discussões entre alguns núcleos se eles deveriam ou não participar do Emancipar. Muitos estudantes se questionavam o que exatamente os levava ali.

Alguns entendiam que a Rede só poderia se posicionar politicamente caso houvesse consenso, mas havia aqueles que viam que:

o consenso privilegiava o posicionamento de apoio ao governo na implementação da política de financiamento da extensão nos moldes que estavam ali colocados. Havia também aqueles que ficavam “em cima do muro”, que se alinhavam a necessidade de consenso para que a RENAJU se posicionasse como rede (ALMEIDA, 2015, p. 118).

A partir dos indicativos apontados no evento e sistematizados no relatório final, os ministérios referidos lançaram o Edital RECONHECER no ano seguinte, e os projetos selecionados iniciaram as atividades naquele ano e em 2007, foram concluídas (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 158).

Havia o posicionamento de que a política de editais consistia em uma forma de financiamento pontual e transitório, que não se enquadrava na dinâmica de trabalho contínuo das AJUPs, bem como introduzia uma lógica de concorrência, em decorrência de um processo seletivo que escolhia as universidades contempladas com o recurso, incoerente com a lógica de cooperação que defendiam. Mas também havia a posição de que por mais que não fosse o modelo ideal não deveria significar a rejeição ao acesso de recursos pelos projetos (ALMEIDA, 2015, p. 119).

Em 2006, a RENAJU decidiu pelo indicativo de não participar da seleção dos editais do MEC, mas devido às muitas controvérsias sobre esse tema, no ano seguinte, foi proposta novamente a questão, apontando para o apoio à reedição do Edital Reconhecer (ALMEIDA, 2015, p. 119).

Em 2007, a RENAJU participou do Seminário 180 anos do ensino do direito no Brasil e a democratização do acesso à justiça, promovido pelo MEC conjuntamente com a Associação Brasileira de Ensino do Direito – ABEDI, em que foram pensadas as linhas gerais do Edital Pacificar, lançado em 2008 (ALMEIDA, 2015, p. 119). A RENAJU decidiu antes do Seminário que ocuparia o espaço, com o intuito de divulgar e fortalecer as AJUPs, encontrar possíveis parceiros, fomentar a criação de novos grupos e adotar uma postura crítica ao estado, de forma a exigir políticas permanentes e universais para garantir a sustentabilidade de práticas jurídicas críticas na universidade, pois havia a expectativa de que seria um espaço aberto ao diálogo sobre políticas públicas sobre ensino jurídico e reforma do judiciário. Porém, houve pouco tempo para o debate, pois o evento foi formulado com muitos painéis, o que não condizia com um evento pretendia discutir e formular políticas públicas (LIMA, 2007).

No ERENAJU 2008, em São Luís, a RENAJU adotou uma posição contrária à política de editais e uma comissão foi formada para elaborar uma carta a ser enviada ao MEC e ao Ministério da Justiça, explicando a posição adotada (RENAJU, 2008c), bem como formulando o que a Rede entendia como uma política de financiamento efetiva da extensão universitária (ALMEIDA, 2015, p. 119). O posicionamento adotado foi de que a RENAJU não participará dos editais do governo voltados ao financiamento da extensão, e ainda que os projetos que integram possam concorrer, em prol de sua autonomia, devem explicitar que não participam enquanto Rede, pois esta não concorda com a política de editais (PAJE, 2008).

Em uma reunião em setembro de 2008, a RENAJU também debateu sobre o Programa de Extensão Universitária – PROEXT³⁰, os núcleos ainda não haviam discutido sobre a questão, por isso, foi decidido o resgate do encaminhamento da carta a ser enviada ao MEC e Ministério da Justiça sobre a política de editais e que em uma determinada data os núcleos se manifestaram sobre a política pública referida. Também havia a visão crítica de que a política de editais como única forma de financiamento faz com que haja um crescimento dos projetos mais consolidados, pois é necessário um mínimo de organicidade para disputar editais, prejudicando os menos consolidados (RENAJU, 2008a).

3.3 RENAJU após 2010

No ERENAJU 2010, em Teresina, eclodiram questões centrais para a RENAJU, como o papel da Rede, se era apenas um espaço de troca de experiências ou se deveria ocupar um espaço mais ativo politicamente, a necessidade de maior confluência política entre seus integrantes e a proposição de um modelo organizativo.

Nesse encontro foi proposto o modelo de coordenação, que rejeitado por algumas AJUPs, pois acreditavam que o nome implicava superioridade entre os núcleos e propuseram um modelo alternativo para a organização da Rede, que seria a comissão de facilitadores. A partir das constatações surgidas na pesquisa de Ana Lia Almeida (2015, p. 298) também havia o medo de que a proposta motivaria a disputa da RENAJU por forças políticas.

Houve uma insinuação de complô pelos projetos que propuseram o modelo de coordenação, decorrente principalmente do fato de que a proposta foi elaborada conjuntamente por um grupo de núcleos, mas foi enviada pela lista de “e-mails” apenas por

³⁰ O PROEXT 2008 abrangia “programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior” (MEC, 2008, p. 3). Em relação a esse edital, as propostas são realizadas pelas Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, havendo um limite de propostas pelo qual cada instituição pode submeter, que deviam se enquadrar em alguns temas pré-estabelecidos (MEC, 2008).

um deles, já que entendiam que não era o momento adequado para explicar como se articularam. Tanto que o grupo ficou conhecido pejorativamente como 6C, em referência a conspiração, conluio, confluência, coordenação, coisa – em decorrência do argumento daqueles que defendiam a coordenação de que a discussão central não era sobre o nome da coisa, no caso coordenação, mas sim sobre o modelo organizativo.

A instituição de um modelo organizativo da rede envolvia a alteração da carta compromisso, que exigia um quórum de 2/3, que na época representavam dezesseis núcleos. Em decorrência da presença de apenas treze AJUPs na plenária final do encontro, a deliberação ocorreria em uma reunião virtual posterior, considerando a discussão feita na plenária final, para aprovar o estatuto de criação da coordenação e verificar os núcleos que a integrariam (RENAJU, 2010f).

Na reunião posterior havia a divergência entre aqueles que defendiam que só iriam homologar a decisão da plenária final do ERENAJU, visto que é o maior espaço de deliberação da rede, e aqueles que ponderavam que o debate deveria ser aprofundado (RENAJU, 2010e). A comissão de facilitadores foi aprovada, tendo seu quórum completado pela manifestação de alguns núcleos por “e-mail”, mas não foi colocada em prática (NAJUP Negro Cosme, 2012).

Em 2010, o SAJUP-PR anunciou seu desligamento formal da RENAJU, em face de divergências sobre o rumo que a rede estava tomando, principalmente porque defendia que a rede deveria ser mais ativa, não se limitando aos encontros.

Em 2010, o grupo conhecido como 6C enviou uma carta à RENAJU afirmando que a aproximação dos projetos entre si motivaram a sua organização enquanto entidade autônoma, inclusive já haviam realizado um Curso de Formação Política, mas que se mantinham abertos ao diálogo com a RENAJU para uma construção conjunta com o objetivo de discutir concepções de AJUP, para que tivessem uma atuação a nível nacional, ainda que não considerassem a Rede um fim em si mesma.

O ERENAJU 2011 discutiu menos a questão organizacional do que o encontro do ano anterior, mas ainda permanecia uma inconformidade com a falta de atividade da rede, que implicou na constituição das seguintes comissões: construção de um Plano Político Pedagógico – PPP Unificado da RENAJU, da campanha nacional anual da rede e do Encontro Nacional de Estudantes Extensionistas (ENEDEX). As comissões funcionaram durante um tempo, mas em seguida, houve uma desmobilização (NAJUP Negro Cosme, 2012).

Em 2011, houve o ingresso na Rede do Núcleo de Extensão Popular - NEP Flor de Mandacaru, vinculado a Universidade Federal da Paraíba e do Serviço Universitário de

Resistência e Justiça para Autonomia – SURJA, ligado a Universidade Federal de Pelotas (RENAJU, 2011c).

O ERENAJU 2012 foi decisivo para a proposição do modelo organizativo de eixos para a RENAJU, o que repercutiu para que a campanha de 2012 fosse bem sucedida, devido ao fortalecimento do compromisso que os núcleos tinham com a Rede.

Em 2012 também ocorreu a mais longa greve das instituições federais de ensino, havendo uma articulação entre docentes, técnicos e estudantes, cujas principais pautas eram a reestruturação da carreira docente e a melhoria das condições de trabalho (ANDES, 2012), sendo que a Rede divulgou uma nota em apoio a greve (RENAJU, 2012b).

Em 2012 também ocorreu o I Curso de Formação Política – CFP³¹ da RENAJU, que propiciou maior coesão política da rede, principalmente em relação a críticas ao modelo de sociedade capitalista, em decorrência da inserção do debate “Como funciona a sociedade”, que é uma discussão frequente na militância que tem o objetivo de promover debates estruturais do nosso modelo de sociedade (RENAJU, 2012d).

O pressuposto do ERENAJU 2014 era de que durante muito tempo a RENAJU discutiu modelo organizativo, inclusive o encontro anterior disciplinou a função de cada eixo, só faltava colocá-lo em prática. A ideia do encontro era a de que Rede deveria potencializar a atuação dos núcleos nas diversas manifestações surgidas após junho de 2013³², inclusive nas manifestações contra a Copa do Mundo que ocorreriam naquele ano.

No ERENAJU 2015 foi novamente colocado em pauta a necessidade de rediscussão da organização da rede, em face da percepção que os eixos estavam em um processo de contínua ineficácia, pouco a pouco deixando de funcionar, pois os núcleos não se dispunham a tocar a maioria deles. Devido a pouca autonomia dos eixos, as questões tinham que ser novamente discutidas nas reuniões gerais. O esvaziamento dos eixos gerou uma centralização

³¹ A ideia de realização de Cursos de Formação Política era bem anterior, surgindo pela primeira vez em 2008, sugerido pelo NAJUP Isa Cunha, com os seguintes temas: histórico da RENAJU, concepção de AJUP, como funciona a sociedade, teoria da organização política, universidade e sociedade, educação popular, socialismo e opressão. A realização de cursos de formação política também foram discutidos no ERENAJU 2009, ENNAJUP 2009 e ENNAJUP 2010.

³² No início de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) inicia protestos em algumas capitais brasileiras contra o aumento da tarifa no transporte público. A dura repressão ocorrida em um dos atos, realizado em São Paulo, colaborou para a massificação dos protestos, que também representou uma disputa sobre o conteúdo político das manifestações entre as forças de direita, que tentavam diluir o conteúdo político dos protestos e direcionar os protestos em uma luta contra a corrupção e a esquerda. Outra questão que ficou evidenciada com as manifestações foi o antipartidarismo delas que levaram inclusive a agressões contra militantes de forças políticas. Ademais, as manifestações de junho também atestaram um distanciamento entre a esquerda e os setores que supostamente deveria representar.

não refletida nas sedes dos encontros, que assumem tarefas que eram de atribuição dos eixos, em face da inércia da rede.

Os ERENAJUs 2015 e 2016 evidenciaram que a Rede também tem uma dificuldade no modelo de tomada de decisões, porque em face de situações de impasse, ainda há resistência contra a votação, pois ainda busca-se uma posição de consenso de todos, porém, isso nem sempre é possível. Essa dificuldade faz com que o cansaço determine as deliberações a serem tomadas, já que uma das partes abre mão de seu posicionamento, após longas horas de discussões, o que pode fazer com que eventualmente prevaleça a visão minoritária.

Após 2010, a RENAJU avançou no debate de opressões e na consolidação de maiores consensos políticos da Rede, realizando tanto a crítica ao capitalismo quanto ao modelo de desenvolvimento³³. Também houveram avanços na importância dada pela RENAJU às análises de conjuntura. Porém, ainda enfrenta dificuldades em relação à organização, tomada de decisões, concretização dos encaminhamentos tomados nos encontros, que inviabilizam uma atuação coletiva mais forte da Rede, tanto em relação ao posicionamento frente a questões estruturais da nossa sociedade quanto em relação a impulsionar a criação e fortalecimento de AJUPs.

3.3.1 *O debate de opressões³⁴ na RENAJU*

No VII ERENAJU houve a sugestão de incluir o debate de gênero nas discussões do encontro seguinte e a possibilidade de espaços livres na grade para fomentar a auto-organização de mulheres (RENAJU, 2005).

No ERENAJU 2008 houve uma discussão em torno de proposta de aprovação de uma moção de repúdio da RENAJU à Campanha da Fraternidade³⁵ da CNBB daquele ano e

³³ Segundo Ana Lia Almeida (2014, p. 34), as AJUPs estão se aproximando do debate crítico ao modelo de desenvolvimento tanto teoricamente quanto em sua prática, apontando que dos sete grupos entrevistados (AJUPs ligadas a universidades federais, localizadas no Nordeste, com exceção do PAJE e do NAJUP Direito nas Ruas), cinco deles desenvolviam trabalhos vinculados ao tema do desenvolvimento, e outros dois núcleos afirmaram que não atuavam diretamente com a temática, mas suas respostas colocavam o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento (ALMEIDA, 2014, p. 41). A temática da crítica ao desenvolvimento já havia aparecido no X ERENAJU, pelo Grupo de Trabalho “Água, energia e terra na transposição do Rio São Francisco”, que havia sugerido que a Rede se posicionasse sobre o tema, juntamente com as entidades que se contrapõem à transposição (RENAJU, 2008c). A campanha de 2012 “Copa de 2014: Cartão vermelho para as violações de direitos” (RENAJU, 2012a) também fazia uma crítica ao modelo de desenvolvimento. O tema do “Enfrentamento Popular à Copa do Mundo no Brasil” já havia sido proposto como tema da campanha em 2010, mas foi eleito outro tema (RENAJU, 2010f).

³⁴ A expressão opressões é comum no movimento estudantil, inclusive na RENAJU, para se referir ao debate contra as opressões de gênero, raça e LGBT.

deliberou que não poderia se posicionar no tocante à descriminalização e legalização do aborto, mas que um coletivo de mulheres iria apresentar uma proposta de carta sobre o tema (RENAJU, 2008c).

No ERENAJU 2012 foi pauta na plenária final do encontro a necessidade de garantir espaços auto-organizados de mulheres³⁶, bem como garantir espaço de formação sobre gênero (RENAJU, 2012c).

No ERENAJU 2013 foi bem tensionado a estruturação do debate de gênero, decorrente principalmente da existência ou não de espaços auto-organizados de mulheres, pois havia quem entendesse que era um espaço essencial para a organização e empoderamento das mulheres dentro da RENAJU, e de discussão sobre a reprodução de práticas machistas dentro das AJUPs, mas também havia a problematização surgida principalmente pela influência da teoria “queer” que via a existência de espaços auto-organizados como problemática, já que desconsiderava a existência de pessoas que não se enquadrassem no binarismo de gênero. Essa questão só foi resolvida no ERENAJU 2014 pela decisão de fazer um espaço auto-organizado de mulheres e outro espaço paralelo aberto a todos que quisessem se integrar (RENAJU, 2014a).

A influência do debate de gênero na RENAJU fez com que esta deliberasse pela modificação do símbolo da rede, pois fortalecia estereótipos de gênero ao sexualizar a imagem de uma mulher (RENAJU, 2016).

No VIII ERENAJU foi pauta a realização de discussões sobre diversidade sexual dentro da rede (RENAJU, 2006). A pesquisa de Luiz Otávio Ribas (2008, p. 62) apontou a existência de preconceito homofóbico nos espaços da Rede. Por isso, foi de extrema importância o posicionamento da RENAJU, em 2007, por meio da “Carta de abril contra a homofobia”, visando a apoiar a militância do movimento LGBT em torno do Projeto de Lei 122/2006, que propunha definir como crime a discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero e contrapor-se às manifestações homofóbicas, realizadas por setores conservadores da sociedade (RENAJU, 2007b).

³⁵ O tema da Campanha da Fraternidade de 2008 foi “Fraternidade e Defesa da Vida”, que criticava o aborto (RIBEIRO, 2008).

³⁶ Na pesquisa de Ana Lia Almeida (2015, p. 100) há uma tendência de criação dentro das AJUPs de espaços autoorganizados de mulheres, com o objetivo de refletir sobre formas de enfrentar o machismo dentro dos próprios grupos e nas atividades que desenvolvem junto às comunidades. Ademais, como pontuam Duarte, Lima e Slongo (2014, p. 69), a auto-organização de mulheres permite o reconhecimento das próprias opressões sofridas por intermédio do contato e troca de experiências, e com isso, promovendo o empoderamento político enquanto sujeitas transformadoras da sua realidade.

Em relação ao debate envolvendo a questão racial³⁷, no X ERENAJU, houve um Grupo de Trabalho “Negros e Negras no Ensino Superior”, momento em que foi discutido o racismo, a ausência de negros e negras na universidade e a implantação do sistema de cotas, bem como houve a proposta de inclusão do debate sobre o combate ao racismo na Assessoria Jurídica Popular (RENAJU, 2008c).

Em 2012, no I CFP da RENAJU houve painéis sobre negritude e gênero (RENAJU, 2012c).

Ainda que o marco no debate de gênero dentro da rede tenha sido o ERENAJU 2013, sua estruturação dentro da RENAJU ocorreu principalmente no ERENAJU 2014, com a realização de espaços destinados a discutir a questão racial, de gênero e de diversidade sexual. Outro momento fundamental para esse debate ocorreu no II CFP da RENAJU, a partir da consolidação dos debates de opressões³⁸ na rede. No ERENAJU 2015 foram delineadas as setoriais de mulheres, negros (as) e LGBTs, que são espaços auto-organizados, percebe-se uma influência da FENED que também se organiza em setoriais.

Vários avanços ocorreram na Rede em relação ao debate de opressões, porém, esse debate ainda não está acabado, já que muitas vezes esbarra nas contradições da própria esquerda, que reproduzem práticas machistas, racistas e LGBTfóbicas.

³⁷ Na pesquisa de Fabiana Severi (2014, p. 30), 37, 5% dos entrevistados identificavam-se como pretos (as) ou pardos (as), que é percentual 181% maior do que o número de pretos (as) e pardos (as) matriculados no ensino superior em 2012, o que poderia fundamentar hipóteses de que há um percentual “maior de pretos/pardos nas AJUPs em relação às outras categorias consideradas nos censos (brancos e outros) do que o percentual geral de declarantes pretos e pardos matriculados nas IES em que elas estão sediadas” (SEVERI, 2014, p. 31), mesmo existindo outras variáveis a serem consideradas. Somente 1,8% dos entrevistados (as) não declararam raça ou cor, o que também destoa do Censo 2012 da Educação Superior, cujo índice de não declaração é de 27,3%, o que pode indicar a reflexão interna dentro dos grupos sobre a questão racial ou a atribuição de importância sobre a afirmação dessa identidade (SEVERI, 2014, p. 31).

³⁸ A pesquisa de Ana Lia Almeida (2015, p. 100) aponta a existência nas AJUPs de uma presença marcante de mulheres, LGBTs e negros (as), que inclusive torna esses grupos alvos de estigmatizações.

4 TERCEIRO DESATAR DE NÓS: OS NÓS QUE ENVOLVEM A ORGANIZAÇÃO DA REDE

O presente capítulo tem como objetivo tratar dos “nós” referentes à organização da rede, principalmente por meio da apresentação do debate de organização da Rede, surgido a partir da apresentação dos modelos organizativos, e pela influência das concepções sobre horizontalidade nessa discussão.

Outro “nó” importante destacado foi a discussão sobre as articulações e parcerias realizadas pela Rede, inclusive pontuando-se o debate sobre a aproximação com os movimentos sociais, e as aproximações e distanciamentos com o movimento estudantil tradicional, e as parcerias com o Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS, RENAP e REPED. Nesse debate, outro “nó” a ser enfrentado é a questão da influência das forças políticas, que também perpassa a discussão sobre organização da Rede.

4.1. A discussão dos modelos organizativos dentro da Rede

Em 2008, houve uma proposta de coordenação como modelo organizativo para a RENAJU, a qual seria composta por dois núcleos, provenientes de cada uma das regionais.

A proposta de Coordenação proposta em 2010 previa a existência de cinco coordenadorias, das quais três eram de representantes do Norte e Nordeste e duas do Centro-Sul, com um coordenador em cada uma (NAJUP Negro Cosme, 2012). As coordenadorias seriam eleitas anualmente no ERENAJU e teriam as seguintes funções:

auxiliar os projetos de AJUP (criação e apoio), fazer e repassar relatório acerca dos projetos (problemas, necessidades, ideias, metodologias, formas de organização, atividades desenvolvidas...), auxiliar na organização de pautas e eventos, a partir das demandas apresentadas pelos projetos (NAJUP NEGRO COSME, 2012, p. 1).

Além das coordenadorias, a sede do ERENAJU teria as seguintes funções: “cuidar da integração entre as coordenadorias, marcar e organizar reuniões virtuais periódicas, representar a RENAJU em eventuais pautas e reivindicações deliberadas em reunião virtual ou nos encontros” (NAJUP NEGRO COSME, 2012, p. 1) e também seria eleita anualmente no ERENAJU (NAJUP NEGRO COSME, 2012). A coordenação teria a função de encaminhar e aperfeiçoar as propostas geradas nos encontros, a partir de uma centralização naqueles núcleos que desejavam atuar mais fortemente na rede (RENAJU, 2010f). A proposta também previa a realização de reuniões mensais a caráter de assembleia para manter o diálogo (RENAJU, 2010f).

A proposta da comissão de facilitadores foi uma proposta surgida em resposta à proposição da coordenação e consistia em um órgão de organização interna da RENAJU, composto por livre indicação de AJUPs (NAJUP Negro Cosme, 2012, p. 2), que indicaria projetos e não pessoas, de forma a evitar a personificação da rede, bem como se contrapunham a ideia de eleição, já que poderia acarretar disputas internas e uma quebra na mudança de coordenação entre as regionais Centro-Sul e Norte-Nordeste (RENAJU, 2010f). A comissão de facilitadores teria as seguintes atribuições:

I - Facilitar o diálogo entre os núcleos, não podendo de forma alguma prejudicar a autonomia dos mesmos.

Parágrafo Único: Toda e qualquer reunião, inclusive as com caráter propositivo, deverão ser previamente divulgadas, com, no mínimo, 15 dias de antecedência, para proporcionar a participação de toda rede na construção de propostas à serem apresentadas posteriormente nas assembleias deliberativas

§ 2º - A comissão de facilitadores buscará incentivar discussões nos núcleos com o intuito de fortalecer a Assessoria Jurídica Universitária Popular.

§ 3º - A função da comissão de facilitadores é encaminhar as dificuldades concretas dos núcleos no seu dia-dia e, quando for o caso, pautar na RENAJU construção coletiva da superação deste problema – especialmente quando for comum a mais de um núcleo.

II – Convocação e organização de assembleias virtuais ordinárias, e, quando necessário, extraordinárias.

§ 1º - A proposta (convocação e pautas) de reunião virtual será feita por qualquer dos projetos que compõem a RENAJU sempre com 48h de antecedência e amplamente divulgada pelo grupo de e-mails.

IV – Organizar e acompanhar a Campanha Nacional auxiliando os núcleos que tiverem dificuldade em executá-la e fornecendo elementos para a sua construção democrática. Viabilizar o contato entre núcleos, para que estes se apoiem, não necessariamente somente as pessoas da comissão.

V – Articular lutas em companhia aos Movimentos Sociais que possuem identificação e finalidade com a RENAJU.

VI – Coordenar a organização do ENAJU.

VII – Apresentar, a partir dos relatórios de atividades desenvolvidas pela coordenação, uma proposta inicial de Plano Político Pedagógico do ERENAJU a ser discutido e aprofundado pelos núcleos em assembleias.

VIII – Incentivar e propor cursos de formação (RENAJU, 2010f, p. 6).

As propostas elaboradas pelos facilitadores não teriam o caráter vinculante, e seriam aprovadas em reunião virtual. A comissão de facilitadores teria como objetivo a identificação de práticas permanentes dos projetos para fomentar o diálogo entre os núcleos, principalmente o auxílio aos núcleos que passassem por dificuldades, que posteriormente seriam discutidos em Assembleia (RENAJU, 2010f).

Em relação ao financiamento foi discutido que o ideal seria que permitisse financiar toda a rede, permitindo a participação de cada um dos membros, mas não foi consenso se o modelo seria por cotização por AJUP e meios de prestação de contas (RENAJU, 2010f).

Em 2012, no XIV ERENAJU, em Caruaru/PE, foi criada a comissão de facilitadores, com a função de encaminhar as dificuldades concretas que os núcleos vivenciavam no seu cotidiano, e caso necessário pautar na RENAJU a construção coletiva da superação dos problemas. Além disso, estava submetida às deliberações surgidas a partir dos espaços da Rede (RENAJU, 2012d).

A referida comissão era formada a partir da livre indicação dos núcleos, que deveria indicar integrantes para proporcionar o contato entre os (as) facilitadores (as) e os demais núcleos da rede (RENAJU, 2012d).

No XIV ERENAJU foram criados os eixos campanha³⁹, formação, mobilização ou comunicação, encontros e o Grupo de Trabalho (GT) Financeiro. O eixo campanha tem como finalidade acompanhar a campanha nacional a partir de sua formulação no ERENAJU, fornecer elementos para sua realização e auxiliar os núcleos durante sua execução. A finalidade do eixo formação é construir uma identidade teórica da RENAJU e fomentar a continuidade da formação. Já o eixo comunicação mobiliza os núcleos para integrar os espaços da rede, facilita os espaços de troca de experiências, divulga as atividades da rede e estimula a atuação externa da rede. Por fim, o eixo encontros envolve as seguintes funções: apresentar uma proposta inicial de Plano Político Pedagógico do ERENAJU, auxiliar a sede dos encontros naquilo que for necessário, acompanhar o ENEDEX e EREDEX, propor uma metodologia e objetivos para o ENAJU e Encontro Regional de Assessorias Jurídicas Universitárias - ERAJU's⁴⁰, nos quais também atua para incentivar a presença dos núcleos da rede (RENAJU, 2012d).

No XV ERENAJU foi extinta a comissão de facilitadores e criado o eixo articulação interna (SAJU UFRGS, 2015, p.3), que tem como função a mobilização dos núcleos para as reuniões, realizar um levantamento das AJUPs, acompanhar a participação dos grupos de

³⁹ No ERENAJU 2011, a campanha foi entendida como “dispositivo para a materialização da Rede no dia a dia dos núcleos, como ação voltada para a divulgação da prática da AJUP, o fomento de novos projetos e viabilização de uma ação externa da Rede enquanto sujeito coletivo perante a sociedade” (CAJU, 2014, p. 1).

⁴⁰ Nesse contexto, a sigla ERAJU refere-se aos encontros realizados nos EREDS, mas pode significar o Encontro Regional das AJUPs das regiões centro-oeste, sul e sudeste.

assessoria, diagnosticando aqueles que estão afastados e tentar articular com os núcleos mais próximos para reaproximá-los (CAJU, 2014, p. 6).

No ERENAJU 2013 foi criado o GT Memória que tem o papel de resgatar os documentos da rede, criar um acervo histórico desse levantamento para torná-lo público, atualizar a carta compromisso que será aprovada na plenária final do ERENAJU (CAJU, 2014).

No ERENAJU 2014 foi extinto o eixo financeiro, o qual foi criado em 2013, e em seu lugar criado o Grupo de Trabalho Financeiro, com o objetivo de elaborar formas alternativas de financiamento (CAJU, 2014).

4.2. A problemática das forças políticas dentro da RENAJU

Há nos núcleos uma ideia de pluralidade ideológica que permite ver que existem entre eles várias concepções de mundo, que permite maior aproximação de estudantes aos núcleos. A falta de vinculação com as forças partidárias permite a preservação da unidade interna e o trânsito entre diversos espaços de militância política, de forma a evitar o desgaste surgido a partir das disputas entre as organizações. Os integrantes das AJUPs veem que esta é uma diferença que os distingue do movimento estudantil tradicional, em que é bem mais nítida a disputa de forças políticas (ALMEIDA, 2015, p. 121), mas essa pluralidade também gera a dificuldade de definir um projeto político mais claro para as AJUPs.

Segundo ALMEIDA (2015, p. 122), havia uma crítica contra a autoconstrução das forças partidárias, no sentido de privilegiar mais a construção das próprias forças do que realização efetiva das lutas, bem como ao sectarismo presente em algumas das suas práticas. Porém, isso não implica que as AJUPs questionem a importância da existência dessas organizações e nem que seus membros integrem partidos políticos⁴¹ ou se mantenham num campo próximo a eles.

Segundo ALMEIDA (2015, p. 122) deve haver a relatividade do apartidarismo e pluralidade, já que há vínculos com organizações situadas no campo da esquerda e não com outras, pois “a aproximação de outras forças de esquerda, inclusive partidárias, ocorre na medida em que elas incidem em boa parte das lutas com as quais a AJUP colabora”

⁴¹ Segundo Fabiana Severi (2014, p. 31), 11,6% dos entrevistados em sua pesquisa eram filiados a algum partido político, que eram majoritariamente de esquerda.

(ALMEIDA, 2015, p. 123), não significando a perda de autonomia da AJUP (ALMEIDA, 2015, p. 125).

As influências partidárias também estão presentes na rede, ainda que em menor escala do que outros espaços do movimento estudantil tradicional (ALMEIDA, 2015, p. 298), aparecendo, por exemplo, na realização de análises de conjuntura nos espaços da rede (ALMEIDA, 2015, p. 299). Um posicionamento expresso em uma das entrevistas de Ana Lia Almeida (2015, p. 299) é de que preferível lidar com essas tensões com maior franqueza e clareza de que existem do que as negando.

No X ERENAJU⁴² foi bem marcante a disputa de forças políticas, nas discussões que envolviam o REUNI, havia a perspectiva de que a RENAJU estava reproduzindo as contradições do movimento estudantil tradicional, desenvolvendo atitudes antidialógicas e aparelhamento político ideológico, o que fez com que houvesse o questionamento da necessidade da rede posicionar-se sobre o REUNI, já que deveria concentrar-se em temas concernentes às atividades de assessoria e não do movimento estudantil tradicional, as quais tornavam a RENAJU palco de disputas entre forças políticas. Porém, havia aqueles que discordavam dessa análise, argumentando que não implicava aparelhamento pautar lutas conjuntamente com os partidos políticos.

O debate sobre a disputa de forças políticas também foi marcante na discussão campanha no ERENAJU 2014 foi polarizado entre os temas sobre o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana⁴³ e a desmilitarização da polícia⁴⁴, durante essa discussão a problemática das forças políticas dentro da rede ganhou centralidade, já que ambas as pautas eram tocadas por forças políticas diversas. Por fim, como tentativa de conciliar as duas propostas o tema ficou “desmilitarização da polícia e da política”, porém, no

⁴² Foram analisadas as avaliações sobre o encontro das seguintes AJUPs: NEPE-UFSC, SAJUP-PR, PAJE, NAJUP Isa Cunha, NAJUPAK e Projeto JA.

⁴³ O Plebiscito Popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana tinha como objetivo a realização de uma constituinte exclusiva para a realização de uma reforma política, com representantes eleitos exclusivamente para isso. A proposta surgiu após as manifestações de junho de 2013, mostrando um distanciamento entre o povo e as instituições políticas. A presidente deposta Dilma Rousseff propôs a realização do plebiscito, mas recuou diante da manifestação contrária de setores reacionários, então, vários movimentos populares e forças políticas assumiram a pauta (CAMPANHA PLEBISCITO POPULAR PARA UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA, 2014). Na época, a questão do plebiscito era bem polêmica dentre os setores da esquerda, pois havia aqueles que criticavam a iniciativa por receio da conjuntura conservadora em que se encontravam e que poderia implicar em mais retrocessos na pauta do que avanços.

⁴⁴ A proposta de desmilitarização da polícia surgiu pela violência excessiva promovida pela polícia militar, já que o treinamento dos policiais tem o objetivo de exterminar inimigos, que não condiz com uma lógica de respeito a direitos. Nesse sentido, a proposta seria de eliminar seu vínculo com as Forças Armadas e realizar uma formação mais cidadã dos quadros de policiais (GOMES, 2014).

final das contas ninguém tinha muita clareza sobre o que significava desmilitarização da política.

Apesar de a Carta Compromisso dispor que a RENAJU é apartidária, houve uma discussão após o ERENAJU 2014 sobre se a rede deveria ser apartidária ou pluripartidária. Para aqueles que defendiam o apartidarismo, os integrantes da rede não deveriam levar as pautas das organizações políticas para os espaços da RENAJU, que não poderia favorecer grupos políticos. Porém, para aqueles que argumentavam pelo pluripartidarismo as influências das forças políticas acontecem de forma consciente ou não, e acreditavam que é melhor debatê-las mais abertamente.

Em relação a esse debate, acredito que a RENAJU tem sim que se posicionar no tocante a assuntos do movimento estudantil tradicional, o que pode implicar em adotar posições que também são compartilhadas por partidos políticos, pois carece de maior afinidade política que dificulta a formulação de um projeto político, que pode ser compartilhado por outras forças políticas em detrimento de outras, mas é necessário fazer escolhas para que consiga obter uma atuação em nível nacional. A questão da dificuldade em lidar com as forças políticas também é um desafio para as AJUPs, partilhando do posicionamento de que é melhor tratar os posicionamentos de forma mais clara e aberta do que simplesmente negar essas influências.

4.1 Concepção de horizontalidade dentro da Rede: o modo como a RENAJU encarou a direção dos processos organizativos

A concepção horizontal da rede questiona o enrijecimento das tradicionais organizações de classe e da unidade entre as organizações que a compõem, o que implica em um afrouxamento dos processos de direção, ocasionando obstáculos para a constituição da organização como ente coletivo (ALMEIDA, 2015, p. 120).

Uma das tensões do modelo organizativo “rede” é que não evita a configuração de processos diretivos hierarquizados e autoritários, já que todos os processos organizativos operam com uma direção política, e nas redes os pudores relacionados ao exercício da direção podem configurar uma direção político-ideológica velada (ALMEIDA, 2015, p. 120).

Os movimentos organizados em rede não implicam a dissolução das estruturas de poder, pois estão cobertas de relações de poder e são marcadas pelo conflito. As redes também têm elos mais fortes, como lideranças, mediadores, os quais detêm maior poder de influência do que os demais nós da rede, que são importantes para o empoderamento das redes de movimento. Consequentemente, a questão é o equilíbrio entre as distintas tendências

antagônicas e como contribuem para a autonomia dos sujeitos sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

A RENAJU tende a negar os elos mais fortes, desconsiderando as diferenças que as AJUPs têm em acompanhar a rede. Porém, o modelo organizativo “rede” não implica a negação dos elos mais fortes, mas sim como os nós mais atuantes podem contribuir para o fortalecimento dos demais, e assim democratizando o processo de tomada de decisões.

O debate da horizontalidade foi central na discussão dos modelos organizativos da rede.

Na Plenária Final do ERENAJU 2010, as AJUPs que defendiam a coordenação afirmaram que surgiu a partir da necessidade de organização sem a verticalização, de forma a promover a democracia, pois haveria um contato direto com todos os núcleos, porém, havia aqueles que entendiam que a proposta de modelo organizativo era contrária a horizontalidade existente, porque geraria uma superioridade entre as assessorias (RENAJU, 2010f).

Na relatoria do ERENAJU 2011, um dos argumentos contrários ao modelo de coordenação foi que geraria uma desigualdade de conteúdos e uma hierarquia sobre os outros núcleos (RENAJU, 2011c). Porém, adoto o posicionamento de que a desigualdade de conteúdos ocorre pela questão de que os núcleos dispõem de condições distintas de acompanhar a Rede, e que nesse sentido o ideal não é negar os elos mais fortes, mas como propiciar que auxiliem os nós não tão integrados na Rede. Dessa forma, considero que a coordenação pode ser uma forma de horizontalizar, principalmente porque previa o estabelecimento de instâncias deliberativas mais abertas, possibilitando a democratização das decisões, e estabelecia responsáveis que possibilitassem a execução das ações decididas mais coletivamente, de forma a concretizar os encaminhamentos tirados coletivamente.

Essa questão é relevante na medida em que é bem comum que “as AJUPs morram”, o NAJUP Isa Cunha, NAJUPAK, CAJU Sepé Tiaraju, SURJA, SAJU/SE, NAJUP-UCS constituem exemplos de núcleos que deixaram de existir. Nesse sentido, uma questão que permanece é o modo como a RENAJU fortalece a existência desses grupos, já que a falta de uma estrutura organizativa mais forte impede a realização de ações mais constantes para a criação e fortalecimento das AJUPs, já que as iniciativas nesse sentido são mais pontuais e não pensadas em âmbito nacional, o que dificulta a criação de núcleos em regiões em que esta atuação não está consolidada.

Nesse debate uma questão de pano de fundo é que as AJUPs constroem a Rede de formas distintas, algumas podendo dispor mais de seu tempo do outras. O protagonismo dos

grupos na RENAJU ocorre por uma escolha dos grupos e não por uma imposição (ALMEIDA, 2015, p. 275).

Nesse sentido, uma conclusão que esteve presente no II CFP da Rede foi a de que:

Essa problematização, perpassa também por reconhecer que os núcleos membros da organização, sempre estarão em diferentes conjunturas internas, e portanto, terão limites diversos de como poderão contribuir para a construção da entidade. Por isso, repensar a horizontalidade exige perceber e reconhecer os diferentes papéis que cada núcleo terá na construção da RENAJU, sem hierarquizar estes papéis por ordem de importância, mas atribuindo as tarefas e a autonomia de decisão política para sua execução de acordo com o papel que o grupo cumpre para a RENAJU (RENAJU, 2014).

Nesse sentido, após ter apresentado algumas discussões que refletiram sobre algumas questões referentes ao debate da horizontalidade dentro da Rede, passarei a discussão sobre a relação da RENAJU com os movimentos sociais.

4.4 Movimentos sociais e sua relação com RENAJU

O foco deste subcapítulo não será a identidade da Rede enquanto rede de movimentos englobando AJUPs que integram o movimento estudantil, mas como esta se relaciona com os movimentos populares e com outras organizações do movimento estudantil.

4.4.1 RENAJU e movimentos populares

Houve um amplo debate na RENAJU sobre a relação entre as AJUPs e os movimentos sociais, já que havia uma avaliação divergente dos (as) estudantes de determinadas manifestações de certos movimentos, influenciada pela repercussão negativa que a mídia noticiava. Uma dessas ocasiões foi a destruição de sementes e pés de eucalipto de um laboratório da empresa Aracruz Celulose pelo Movimento de Mulheres Camponesas⁴⁵, em março de 2006, no Rio Grande do Sul, como forma de denunciar os problemas socioambientais gerados pelo monocultivo de eucalipto pelo agronegócio, marcando a passagem do dia 08 de março (ALMEIDA, 2015, p. 93 e 94).

⁴⁵ A ação das mulheres camponesas ganhou repercussão da mídia nacional e internacional, algumas das notícias nem mencionavam que o ato foi realizado por mulheres, outras afirmavam que as camponesas foram manipuladas pelos integrantes do MST (PEREIRA, 2015). A manifestação gerou uma criminalização do movimento, a invasão das secretarias da Associação de Mulheres Camponesas estadual e nacional pela polícia, mesmo sem mandado judicial, mas houve uma “grande visibilidade em relação à questão e fortalecimento das mulheres enquanto interlocutoras do tema, garantindo que as pautas específicas das mulheres fossem tratadas em relação às pautas mais ‘amplas’” (PEREIRA, 2015, p. 144).

Logo após essa manifestação, no ERENAJU 2006, a Rede decidiu pelo apoio crítico aos movimentos sociais⁴⁶, pois a maioria dos (as) estudantes rejeitava as movimentações mais radicalizadas desses movimentos (ALMEIDA, 2015, p. 94). Essa discussão adquiriu tamanha importância que o tema da campanha 2006/2007 foi Movimentos Sociais e Direito (RENAJU, 2006). Posteriormente a essa deliberação, houve muita divergência em relação ao conteúdo crítico que marcava o comprometimento da RENAJU com as mobilizações populares, que se acirrou ainda mais nas distintas perspectivas sobre um protesto realizado no Congresso Nacional pelo Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), desembocando em conflito entre os manifestantes e a equipe de segurança que barrava a entrada dos integrantes na Plenária da Câmara dos Deputados (ALMEIDA, 2015, p. 95).

Em relação ao episódio referido as opiniões dos (as) estudantes se dividiam entre aqueles (as) que defendiam que a atitude do movimento referido era uma resposta à violência cotidiana a que estavam submetidos e que aqueles (as) que sustentavam que a utilização da violência acarretava mais violência e que perdiam a razão ao realizarem essa atitude. Alguns (mas) estudantes defendiam que, como a RENAJU deliberou pelo apoio crítico aos movimentos sociais deveriam, por intermédio de uma carta de repúdio aos atos praticados pelo MLST no Congresso Nacional, se posicionar de forma crítica e pública aos acontecimentos realizados. Porém, enfrentaram a divergência daqueles (as) que defendiam que por mais que eles tivessem críticas ao acontecimento não deveria haver contraposição pública, pois auxiliariam o discurso dos setores mais conservadores que contestavam a luta pela terra. De qualquer forma, a ideia da nota de repúdio não vingou (ALMEIDA, 2015, p. 96).

Nesse período foi proposta uma nota de apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em virtude do processo de criminalização que vinha sofrendo, considerado como ilegal constantemente, principalmente pelo Ministério Público, inclusive havia ocupado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em Fortaleza, no período do ERENAJU 2006, muitos (as) estudantes consideravam que suas atividades como radicais, o que gerou uma polêmica. Outra nota de apoio proposta foi ao Movimento Passe Livre-MPL (ALMEIDA, 2015, p. 94).

No ERENAJU 2009, na Escola Nacional Florestan Fernandes, o MST esperava uma posição mais ativa por parte da Rede, tomando atitudes concretas em favor dos movimentos

⁴⁶ A discussão sobre o apoio ou não da RENAJU aos movimentos sociais também foi a maior discussão do ERENAJU de 2005, porém, neste encontro foi rejeitado o apoio aos movimentos sociais (Entrevista à X.C., realizada por Luiz Otávio Ribas, em 07 de abril de 2007). O apoio crítico se deu por oito votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção (RENAJU, 2006).

sociais, mas a rede não conseguiu corresponder a essas expectativas (MAJUP ISABEL DA SILVA, 2015).

A decisão de apoio da RENAJU aos movimentos sociais incentivou que localmente as AJUPs desenvolvessem uma atuação mais próxima aos movimentos e as aproximou de organizações mais radicalizadas dos trabalhadores, como se percebe a partir da experiência do NAJUP Isa Cunha, cuja atuação junto aos movimentos populares da Região Metropolitana de Belém foi incentivada pela decisão de apoio aos movimentos sociais em 2006 (NAJUPAK, NAJUP ISA CUNHA, 2008).

4.4.2 *RENAJU e o movimento estudantil*

O distanciamento das AJUPs em relação ao movimento estudantil condiz com o processo de reorientação das esquerdas, que realizavam críticas profundas aos sindicatos de professores e técnico-administrativas, e entidades de representação estudantil. Os estudantes que iniciaram a AJUP compartilhavam as críticas ao movimento estudantil, avaliando-o como restrito à universidade, e desejavam ir ao encontro de sujeitos fora da universidade (ALMEIDA, 2015, p. 291 e 292).

Apesar do seu distanciamento com o movimento estudantil, no entanto, as AJUPs têm sua criação incentivada pelas executivas de curso, por isso, a grande maioria dos núcleos surgiu como integrante de centros acadêmicos ou por meio dos grupos políticos que disputam as entidades representativas (MIRANDA, 2010, p. 48).

Ademais, verifica-se o surgimento de secretarias de extensão dos centros acadêmicos que têm por objetivo a discussão de uma política de extensão, demonstrando a incorporação do debate da extensão nas discussões do movimento estudantil, que pode significar a afirmação da atuação de atividades de extensão, mas também a incorporação retórica pelo movimento estudantil em crise de legitimidade (MIRANDA, 2010, p. 48).

Em alguns momentos, a RENAJU discutiu mais sobre sua relação com o movimento estudantil tradicional, como por exemplo, no VI ERENAJU ao discutir uma carta de proposição e afirmação da RENAJU para ser apresentada para a FENED, durante o Conselho Regional de Entidades Representativas de Estudantes de Direito - CORERED Curitiba, em 2004 (RENAJU, 2004), com os seguintes objetivos:

Reafirmar a RENAJU como movimento independente;

Explicar o que é a rede;

Debater o processo de construção do ENED;

- Solicitar abatimento das inscrições dos facilitadores nos ENEDS;
- Solicitar um espaço próprio da RENAJU no ENED;
- Solicitar a produção de material de divulgação do ENAJU pela sede do ENED;
- Ser mais uma opção de oficina nas manhãs do encontro;
- Ter também uma tarde do encontro (que não seja a sexta feira)
- Reivindicar cartazes ENED/ENAJU (RENAJU, 2004).

Portanto, o encaminhamento cumpria com a finalidade de afirmação da RENAJU como algo independente do movimento estudantil tradicional e como expressão de uma identidade própria de uma organização que ainda estava em seu início, bem como elencava algumas questões materiais para serem supridas pela FENED.

No mesmo encontro também foi discutido que nos Encontros Regionais dos Estudantes de Direito - EREDs, a atuação das AJUPs teria o objetivo de afirmar a identidade da assessoria jurídica universitária e relatar as experiências realizadas pelas assessorias (RENAJU, 2004). Nesse momento inicial de sua história, o ENAJU ocupava um papel de destaque no cotidiano da RENAJU, contribuindo para a divulgação e fortalecimento dos grupos existentes, e consolidando a assessoria jurídica popular.

Outro momento em que houve uma discussão sobre a relação com o movimento estudantil foi no VIII ERENAJU quando uma pessoa foi escolhida para representar a rede em um painel no Conselho Nacional de Entidades Representativas dos Estudantes de Direito - CONERED (RENAJU, 2006) e foi sugerida a proposta de uma carta a ser enviada para a União Nacional dos Estudantes - UNE sobre extensão universitária, oriunda das discussões surgidas, a partir da política de editais (ALMEIDA, 2015, p. 95).

Em 2010, surgiu a proposta de realização do Encontro Nacional de Estudantes de Direito Extensionistas – ENEDEX⁴⁷, no ENED 2010, e a rede foi convidada a opinar sobre o tema e ser uma parceira dela na realização do evento (RENAJU, 2010b). O novo evento foi visto como um espaço para visibilizar a rede e articular com outros projetos de extensão, desde que não substituísse o ENAJU e houvesse outros grupos dispostos a construí-lo (RENAJU, 2010c), porém, também havia o receio de que a criação dos dois espaços acarretasse o esvaziamento de ambos (RENAJU, 2010d).

⁴⁷ O ENEDEX tem a pretensão de ocorrer “anualmente e no mesmo período e sede do ENED com debates sobre extensão universitária, bandeira política e pauta permanente da Federação Nacional dos Estudantes de Direito” (ALÉM DOS MUROS - UnB et al, 2010, p. 1), com o intuito de articular os projetos de extensão em Direito no Brasil, mediante a troca de experiências, da avaliação e formulação de propostas para melhoria da extensão nas faculdades de direito (ALÉM DOS MUROS – UnB et al, 2010).

No I ENEDEx foi elaborado um documento a “ser apresentado ao MEC, ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX, à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, às reitorias das universidades e aos (às) estudantes extensionistas” (ALÉM DAS GRADES – UNB et al, 2010), elencando suas reivindicações.

O I ENEDEX foi avaliado pela RENAJU como um espaço contendo concepções muito heterogêneas de extensão em direito e consideraram que seria importante o diálogo com os projetos de extensão semelhantes à Rede (RENAJU, 2011a).

Os objetivos da participação da RENAJU no ENEDEx em 2011 seriam os seguintes:

- a) Ser um espaço de atividade da Campanha Nacional (a inauguração, a visibilização externa) que tem o tema da Extensão Popular;
- b) Garantir o debate da Extensão Popular para mostrar nossa identidade numa práxis que vai além de “extensões” como tudo o que não é ensino nem pesquisa;
- c) Criar um contato com os demais projetos de extensão, seja ou não de AJUP, e unificá-los em torno de uma pauta comum à realidade de todos, que poderia ser Plano Nacional de Extensão Universitária e dar uma continuidade a esse debate em anos posteriores;
- d) Pincelar, de forma ainda a ser definida, debates que têm sido recorrentes na RENAJU como a prática da interdisciplinaridade, entre outros a serem escolhidos depois (RENAJU, 2011a).

Conclui-se que a rede deve refletir mais profundamente sua relação com o movimento estudantil tradicional, principalmente com a FENED, de modo que a RENAJU acompanhe lutas tradicionais do movimento estudantil, e utilize seus espaços para fomentar a criação de novas AJUPs e integre mais ativamente o ENEDEx para se articular com os outros projetos de extensão.

4.5. Outras articulações: REPED, IPDMS, RENAP

Uma primeira articulação a ser abordada é a Rede Popular dos Estudantes de Direito – REPED, que surgiu em 2006, em um protesto em que estavam o MST e estudantes de faculdades de direito de São Paulo para cobrar providências após dez anos do Massacre de Eldorado dos Carajás e consistia na união entre estudantes de direito e movimentos populares no enfrentamento ao conservadorismo do ensino jurídico e na construção de instrumentos de formação política e técnica dos estudantes, surgido a partir da preocupação sentida pelo movimento referido com a formação dos (as) estudantes de direito, que serão os (as) futuros (as) operadores (as) do direito (RIBAS, 2010, p. 70), mas passava por dificuldades de

congregar sujeitos que o construíssem. Um espaço importante para sua articulação foi o Congresso Nacional do MST em 2007, após esse momento ganhou maior organicidade em alguns estados, mas não se consolidou nacionalmente (ALMEIDA, 2015, p. 96).

Em abril de 2007, a RENAJU enviou uma carta para a coordenação nacional do MST e para a coordenação nacional da REPED, afirmando seu compromisso político na construção da rede popular, manifestou seu apoio político aos movimentos sociais comprometidos com a construção de um projeto popular nacional e se colocou à disposição para desenvolver atividades de assessoria jurídica popular junto aos movimentos, de forma a aprofundar os vínculos existentes entre estudantes e movimentos sociais (RENAJU, 2007a).

De acordo com a avaliação de Ana Lia Almeida (2015, p. 96 e 97), parte significativa das motivações que dificultaram a consolidação da REPED ocorreu pela impossibilidade de formação de uma congregação de estudantes progressistas de direito, com o objetivo de apoiar as lutas sociais, independentemente da RENAJU, pois muitos articuladores da Rede Popular também compunham AJUPs e/ou organizações do movimento estudantil tradicional, que já construía a RENAJU e a FENED, e não havia muitas pessoas para agregar além das que já ocupassem esses espaços.

Ainda que os (as) integrantes das AJUPs apoiassem a Rede Popular criticavam a rigidez e verticalidade em sua organização, pois sua estrutura compreendia vários níveis de coordenação e promovia maior centralização de tarefas a serem realizadas com base nas prioridades políticas das entidades que a demandavam. Nesse momento, o modo como viam a horizontalidade no modelo organizativo da RENAJU ocasionava esse estranhamento com um modelo mais incisivo de direção política, o que a afastava dessa organização (ALMEIDA, 2015, p. 97). Segundo Ana Lia Almeida (2015, p. 97), atualmente a RENAJU se aproximou das expectativas que impulsionaram a construção da REPED.

O Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS originou-se a partir de uma articulação entre pesquisadores (as), advogados (as) populares e movimentos sociais, que sentiram “a necessidade de se construir espaços para a produção e disseminação de conhecimento crítico sobre a luta sobre os processos de produção e de luta por direitos por parte das organizações populares” (IPDMS, 2016a).

A ideia de criação do Instituto teve início em 2011, no I Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ocorrendo sua fundação no ano seguinte, na Cidade de Goiás (IPDMS, 2016b).

O período em que a RENAJU mais refletiu sobre o acompanhamento do Instituto foi no ERENAJU 2013, que aconteceu simultaneamente ao II Seminário do IPDMS, em Natal. A

coincidência entre os eventos ocorreu, pois era a única data possível para realização do ERENAJU na Regional Centro-Sul e havia uma avaliação por parte da Rede de que era importante que o encontro fosse nessa região para fortalecer a regional (RENAJU, 2013).

No ERENAJU 2013 foram discutidas as atribuições dos eixos, e uma das funções do eixo encontros foi a de promover espaços conjuntamente com o IPDMS, acompanhar o Instituto de forma próxima, construindo efetivamente a Seção Estudantil e o Grupo de Trabalho Assessoria Jurídica, Educação Jurídica e Educação Popular (CAJU, 2014), o que ocorreu mais pela existência de militantes que compunham os dois espaços do pelo acompanhamento pelo eixo.

A terceira articulação a ser abordada é a RENAP, uma articulação nacional descentralizada e autônoma que reúne advogados (as), com o escopo de assessorar movimentos sociais (RENAP, 2001, p. 5). No Seminário Proteção Jurídica do Povo da Terra, em São Paulo, em 1995, foi constatada a necessidade de criação de uma rede de advogados comprometidos com os movimentos sociais, em um contexto de profunda repressão aos movimentos sociais, marcado pelo Massacre de Corumbiara – RO e pela prisão de vários integrantes do MST (RIBAS, 2015b). Em março de 1996 é realizada uma reunião em Maringá-PR, que é considerada a data fundacional da RENAP, cuja consolidação ocorreu no II Encontro Nacional dos Advogados do Povo da Terra (ou II Seminário Nacional de Proteção Jurídica do Povo da Terra) em dezembro daquele ano (RIBAS, 2015b).⁴⁸

A relação entre RENAP e RENAJU depende muito das relações locais entre integrantes das redes, por isso, nunca existiu uma aproximação nacional entre as duas organizações. Sua relação ocorre por meio da participação de estudantes nos encontros da RENAP, tendo em vista seu interesse na advocacia popular, e nos (as) advogados (as) populares que já integraram a RENAJU, bem como as parcerias realizadas entre as AJUPs e os grupos de advocacia popular.

⁴⁸ Neste encontro adotou-se o nome de Rede Nacional Autônoma de Advogados Populares: proteção jurídica do povo da terra – RENAAP (RIBAS, 2015b). Houve uma modificação na denominação da Rede no seu terceiro encontro, realizado em Salvador, em dezembro de 1997, Luiz Otávio Ribas (2015b, p. 94) defende que o nome foi alterada para Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP, mas ainda era utilizado o primeiro nome. Já para Ana Cláudia Tavares (2007, p. 55 e 56), nesse encontro a nomenclatura adotada foi Rede Nacional Autônoma de Advogados Populares com o intuito de evidenciar a autonomia dos (as) advogados (as) em relação aos movimentos assessorados, relativa à técnica jurídica. Algum tempo depois foi retirado o termo autônoma, já que não achavam necessário explicitar essa questão (TAVARES, 2007, p. 56). A denominação da Rede é alterada novamente no encontro realizado em 1 a 4 de fevereiro de 2001, passando a ser denominada Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RIBAS, 2015b, p. 94).

Em 2011, estudantes da RENAJU que foram ao encontro da RENAP enviaram uma carta à RENAJU, sugerindo a inserção do debate sobre advocacia popular nos encontros da RENAJU e sua participação nos espaços da RENAP.

Em relação ao papel cumprido pelas AJUPs de formação de advogados populares Priscilla Martins (2011, p. 21) percebeu em sua pesquisa que a maioria dos (as) advogados (as) populares da RENAP-CE integraram alguma das AJUPs de Fortaleza⁴⁹. Em sua pesquisa, um dos militantes da Coordenação do MST no Ceará fez a seguinte fala:

A Faculdade de Direito do Ceará ela não prepara o advogado pra ser advogado popular, prepara pra ser advogado (...) patrimonialista (...) Então não tá preparando os advogados pra defender o povo, então essa é a grande crítica que a gente faz ao curso de direito da UFC, se não fosse o NAJUC, o CAJU, o SAJU e todo o movimento estudantil que faz surgir lideranças, pessoas comprometidas (MARTINS, 2011, p. 181).

Nesse sentido, percebe-se que a demanda pela formação de advogados (as) populares é uma demanda dos movimentos populares e a AJUP pode colaborar nisso, uma vez que promove a aproximação de estudantes com o povo.

4.6. Afinal, para que serve a RENAJU?

Segundo Ana Maria Doimo (1995, p. 125 e 126):

A ‘troca de experiências’ coloca-se, então, como o principal recurso prático para a costura interna de um campo de movimentos por natureza localizados, diversos e fragmentados. Trata-se de um dispositivo informal pelo qual se reafirmam os laços interpessoais entre os que devotam participação continuada e apresentam ‘disposição de luta’ (...). Funciona também como mecanismo de diluição das tensões acumuladas nas inevitáveis disputas internas, bem como para homogeneizar a linguagem pela reafirmação de códigos ético-políticos já amplamente reconhecidos.

Nesse sentido, a troca de experiências é importante para fortalecer os laços entre os integrantes da AJUP, a consolidação de uma identidade da RENAJU, dilui as tensões das disputas internas e proporciona uma reflexão sobre as práticas das assessorias.

Há distintas compreensões sobre o papel da Rede na organização dos estudantes, há aqueles que acreditam que seu papel é articular AJUPs e realizar atividades em conjunto (ALMEIDA, 2015, p. 273). Essa perspectiva não prevê a construção de uma organização comum com um projeto político mais contundente. Porém, há aqueles que compreendem “a assessoria jurídica popular como um movimento com pautas concretas postas a partir da

⁴⁹ Em relação à formação de advogados populares é bem importante a experiência do Grupo de Estudos e Práticas em Advocacia Popular (GEAP) Miguel Pressburguer, fruto de uma parceria entre a Seção Rio de Janeiro do IPDMS com o NAJUP Luiza Mahin, fundado em 2012 (RIBAS, 2015c).

realidade dos núcleos” (ALMEIDA, 2015, p. 273).

Nesse sentido, creio que a Rede tem um potencial para se posicionar mais ativamente, e nesse sentido seria importante um projeto político mais claro, mas que essa atuação não inviabiliza que a Rede funcione como um espaço de troca de experiências e articulação entre as AJUPs, ficando com a conclusão do II CFP da rede de que apresenta a dupla faceta de funcionar como espaço de troca de experiência e de atuação como ente político (RENAJU, 2014b). Porém, ao funcionar como sujeito político é necessário um projeto político mais claro.

No ERENAJU 2012, a Rede via que deveria cumprir os seguintes papéis: articulação de lutas com o objetivo de fortalecer lutas estruturais com o objetivo de mudar nosso modelo de sociedade, trocas de experiências, fortalecimento e divulgação da AJUP, visando à criação de novos grupos e fortalecer os grupos existentes, promover a disputa da universidade, da educação jurídica e da concepção de direito, a promoção de discussões políticas dos núcleos e com isso a possibilidade de tocar lutas nacionalmente, incluindo a necessidade de discussão de políticas para extensão (RENAJU, 2012e). Além disso, acrescentaria a função de contribuir na formação de operadores do direito alinhados as lutas sociais e na articulação de militantes nacionalmente.

5 CONCLUSÃO

O primeiro nó desatado foi a identidade da Rede, a partir dos elementos que compõem o seu nome, com o acréscimo do popular. Nessa pesquisa foi considerado que a distinção entre assessoria e assistência é o compromisso político da primeira com o povo. Além disso, segundo Ana Lia Almeida, a identidade das AJUPs é marcada pelos seguintes elementos: amorosidade, educação popular, horizontalidade e protagonismo estudantil.

As assessorias deveriam adotar a noção de direito insurgente, já que não sobrevaloriza as possibilidades de transformação do direito, pois almeja sua extinção, ao mesmo tempo em que não menospreza uma atuação jurídica, devido a utilização de seu uso tático. A interdisciplinariedade tampouco deve implicar na negação da utilização do direito.

Como a universidade é um espaço de reprodução das condições ideológicas que permitem a dominação da burguesia, a universidade popular como instituição que potencializa conhecimentos populares não é possível dentro do capitalismo. Mas de suas vertentes dentro da ordem, as AJUPs utilizam-se tanto do uso alternativo da universidade quanto da universidade de combate.

Há um distanciamento das AJUPs da identidade de extensão devido à institucionalidade, mas também se afastam do movimento estudantil tradicional, porque criticam a centralidade desse último na disputa dos órgãos representativo de estudantes. Porém, o distanciamento do movimento estudantil afasta as assessorias das movimentações mais radicais da classe trabalhadora, que também ocorre pelos seus pudores em relação ao poder e à política. Tradicionalmente, a AJUP é vista como tendo maior proximidade com lutas externas a universidade, mas o movimento estudantil tradicional também pode fazer isso. Considero a AJUP como movimento estudantil porque organiza estudantes para contribuir nas lutas populares.

As AJUPs realizam uma opção política pelo povo, não tendo a tarefa de organizá-lo, sim de fortalecer esses sujeitos para que estes sejam protagonistas de suas lutas. O critério de atuação das assessorias não pode ser a carência, mas sim a possibilidade de transformação dos grupos com quem atuam.

A RENAJU é uma rede de movimentos sociais, que aglutinam AJUPs que compõem o movimento estudantil. A rede é marcada pelas tensões entre a pluralidade de concepções distintas e a garantia da autonomia dos núcleos e a busca por maior afinidade política.

A RENAJU reivindica-se como nacional, mas não reúne todas as AJUPs, seja por falta de integrantes que possam militar na rede, excesso de atividades, dificuldades financeiras,

desinteresse e divergências. Sua articulação é mais forte nos estados do Nordeste e nas universidades públicas. O fato de se organizar nacionalmente é um fator de fortalecimento, pela constatação de que pessoas no país inteiro se organizam dessa maneira.

A RENAJU surgiu na década de 90 contrapondo-se ao movimento estudantil tradicional, mas este também foi importante para a criação da assessoria. Em seu início funcionava como um espaço de troca de experiências entre os diversos grupos de assessoria jurídica universitária popular, bem como propiciou a criação de novas AJUPs e a difusão do conceito de assessoria.

A partir de 2005, surge a compreensão de que a RENAJU deveria funcionar como um ente político de modo a potencializar as ações desenvolvidas pelas AJUPs em fortalecimento às lutas populares, contudo esse debate foi marcado por muitas tensões, como a política de editais, o apoio aos movimentos sociais, o REUNI.

Em 2010, a RENAJU foi sacudida pelo debate dos modelos de organização, que também colocava em questão a necessidade de maior afinidade política entre seus membros e de que a Rede atuasse enquanto sujeito coletivo, o que demandava maior clareza em relação a seu projeto político.

Atualmente, a RENAJU evoluiu no debate de opressões, na crítica ao modelo de desenvolvimento e ao capitalismo e também no sentido em obter maior afinidade política, ainda que precise avançar principalmente nas concepções de rede, horizontalidade e aperfeiçoar sua organização e tomada de decisões.

O terceiro nó analisado foi a organização da Rede, em que primeiramente retomou-se a discussão dos modelos organizativos da Renaju. Posteriormente foi problematizada a influência das forças políticas dentro da rede, concluindo que é melhor lidar com elas de forma mais aberta. Além disso, o receio de disputas dos partidos políticos gerou dificuldades na proposição dos modelos organizativos e também na realização de ações conjuntas entre os núcleos, devido ao medo de se eleger pautas provenientes de determinados grupos políticos.

A horizontalidade gera um afrouxamento dos processos diretivos gerando uma dificuldade na atuação como ente coletivo. Porém, não evita processos diretivos hierarquizados e autoritários, pois todos os processos organizativos tem direção. Além disso, a RENAJU costuma negar os elos mais fortes, mas o modelo organizativo rede não implica a dissolução das estruturas de poder, nem a existência de nós mais conectados, a questão é como esses elos podem colaborar no empoderamento dos demais.

As AJUPs constroem a rede de forma distinta por uma escolha dos próprios grupos, que tem condições diferentes de se dedicar a sua construção, a meu ver a distribuição das tarefas

deve considerar a disponibilidade que os distintos núcleos têm de tocar a rede. A discussão sobre horizontalidade também perpassa pela discussão dos modelos organizativos.

Em seguida, discorri sobre as articulações da RENAJU: movimentos populares, movimento estudantil, IPDMS, REPED e RENAP. Em relação aos movimentos populares houve a discussão de que no seu início a Rede rejeitava as movimentações mais radicalizadas do povo, que esteve presente na discussão sobre o apoio crítico aos movimentos sociais, que posteriormente incentivou o trabalho das AJUPs com esses sujeitos.

As AJUPs surgiram como crítica ao movimento estudantil, mas foram criadas nos espaços desse último. Nesse momento, verifica-se a necessidade da RENAJU discutir mais de forma mais aprofundada sua relação com o movimento estudantil, principalmente com a FENED, a realização de lutas juntamente com o movimento estudantil, a utilização desses espaços para criação de novas AJUPs e do ENEDEx para articulação com outros projetos de extensão.

A REPED foi uma articulação entre estudantes e movimentos populares, com o objetivo de formar estudantes de direito para atuar junto aos movimentos, houve uma tentativa de aproximação por parte da RENAJU, mas a Rede Popular não continuou suas atividades. O IPDMS reúne pesquisadores, advogados e membros dos movimentos sociais, com o intuito de produzir e disseminar conhecimento crítico junto a organizações populares. A articulação da RENAJU com o instituto ocorreu principalmente pela existência de militantes que integram os dois espaços. A relação entre RENAP e RENAJU ocorre principalmente pela relação entre AJUPs e escritórios de advocacia no âmbito local, a presença dos estudantes nos encontros da RENAP e dos advogados que integraram a RENAJU. Também se percebe que a AJUP também cumpre um papel na formação dos advogados populares.

A RENAJU deve desempenhar o seu papel como sujeito coletivo, o que não inviabiliza a troca de experiências. Ademais, também tem o papel de criar e fomentar AJUPs existentes, a disputa do direito, da universidade e do ensino jurídico, tocar lutas nacionalmente, discutir políticas para a extensão e de contribuir na formação de operadores do direito alinhados às lutas populares.

Atualmente ainda persistem muitos “nós” que desafiam a Rede para que cumpra esse papel, tais como: um projeto político mais consolidado, a dificuldade na perpetuação de acúmulos, a evolução nos mecanismos de tomada de decisão, a concepção de horizontalidade, a necessidade de avanços nos modelos organizativos e a compreensão dos limites das possibilidades de atuação das AJUPs, como a elevada rotatividade de seus membros, a dificuldade na formulação de um projeto político e seu limitado papel na construção de uma nova sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ALÉM DAS GRADES – UnB et al. **I Encontro Nacional de Estudantes de Direito Extensionistas**. Mimeo, Brasília, 17 jul. 2010.

ALFONSÍN, Jacques Távora. Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta. Em: **Cadernos RENAP**. São Paulo: RENAP, n. 6, caderno especial, mar. de 2005.

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. Educação jurídica para além do capital: os grupos de assessoria jurídica popular universitária frente ao atual modelo de desenvolvimento econômico. Em: **Anais**. Curitiba: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2014.

_____. **Um estalo nas faculdades de Direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular**. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação (Doutorado em Direito) da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. **Introdução à sociologia jurídica alternativa** (Ensaio sobre o Direito numa sociedade de classes). São Paulo: Editora acadêmica, 1993.

BALDEZ, Miguel Lanzelotti. **Sobre o papel do direito na sociedade capitalista – Ocupações coletivas: direito insurgente**. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

BONILLA SANDOVAL, Victor Daniel et al. Causa popular, ciência popular: Uma metodologia do conhecimento científico através da ação. Em: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRINGEL, BRENO; VARELLA, Renata. **Pesquisa militante e produção do conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva**, 2014. Disponível em: <<http://netsal.iesp.uerj.br/images/diversos/Texto-base.pdf>>.

CAMPILONGO, Celso Fernando. **Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo**. Revista Forense, v. 315, 1991a, pp. 3-17.

_____. **Assistência jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais**. Em: Discutindo a assessoria popular. Rio de Janeiro AJUP/FASE, 1991b.

CAMPANHA PLEBISCITO POPULAR PARA UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA. Cartilha Plebiscito Popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana, 2014, 2ª ed. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/files/2014/03/AF_Cartilha-Plebiscito-2%C2%AA-Edi%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf> Acesso em 14 de novembro de 2016.

CAVALCANTE, Breno Neno Silva; SANTOS, Julyanne Cristine Barbosa de Macedo dos. NAJUP Aldeia Kayapó: 10 anos em defesa de direitos humanos. Em: MOURA, Ana Paula Medeiros de; OLIVEIRA, Assis da Costa; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. **Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014a.

CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (CAJU). **Compilação de funções e atividades dos eixos da RENAJU**. Mimeo, 2014.

CUNHA, Eduardo Pazinato da; MIOLA, Iagê Zendron. Interdisciplinariedade e assessoria jurídica popular universitária: limites e possibilidades para a construção de uma agenda de extensão popular em direito. Em: **Captura críptica: direito, política, atualidade** – Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, v. 2, n.1, jan./jun.2009, p. 228 a 243.

DIEHL, Diego Augusto. A metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos – Parte 1. Em: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (ANDHEP),5, 2009a. **Anais**. Belém/PA.

_____. A metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos – Parte 2. Em: **Anais**. Cidade de Goiás: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2013.

_____. Universidade Popular. Em: **Captura críptica: direito, política, atualidade** – Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, v. 2, n.1, jan./jun.2009b.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUARTE, Júlia C. Cavalcanti; LIMA, Éssica de Almeida; SLONGO, Eloisa. A experiência do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru com a auto-organização na plenária de mulheres. Em: RENAJU. **Caderno de textos do II CFP da Renaju**, Castanhal (Pará), 12 a 16 de novembro de 2014.

DIETER, Vitor Stegemann. Em busca do conteúdo perdido: A AJUP, sua forma, método e conteúdo. Em: **SAJUP 10 anos**, Curitiba, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária**. Tradução de Jaime Clasen. São Paulo: Vozes: 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 58 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FURMANN, Ivan. **Assessoria Jurídica Universitária Popular: da utopia estudantil à ação política**. Curitiba: Programa de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2003.

GOMES, Karina. Cresce o debate sobre a desmilitarização da PM. Em: **Carta Capital**, 06 ago 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/excessos-cometidos-por-pms-impulsionam-debate-sobre-desmilitarizacao-da-policia-1256.html>> Acesso em 14 de novembro de 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. 3ª ed.

INSTITUTO DE PESQUISA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Histórico**. Disponível em: <<https://ipdms.wordpress.com/historico/>> Acesso em 03 de outubro de 2016a.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<https://ipdms.wordpress.com/quem-somos/>> Acesso em 03 de outubro de 2016b.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Em: **Revista Direito & Práxis**: Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, 2016.

JUSTA, Mayara Moreira et al. **Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária e suas experiências ao longo de seus 20 anos**. Em: XXI Encontro de Extensão, 2012, Pró-Reitoria de Extensão.

LIMA, Thiago Arruda Queiroz. **A assessoria jurídica popular como aprofundamento (e opção) do conteúdo político do serviço jurídico**. Em: RIBEIRO, Danilo Ferreira (Org.). XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária: 20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?. 1ªed. Crato: Fundação Araripe, 2008.

_____. **Relatório do Seminário 180 anos do Ensino do Direito no Brasil e a democratização do acesso à justiça**, realizado em 08 a 10 de novembro de 2007, em Brasília. Mimeo, 2007.

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria jurídica popular no Brasil: paradigmas, formação histórica e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MAIA, Christianny Diógenes. **Assessoria Jurídica Popular – Teoria e Prática Emancipatória**. Programa de Pós-Graduação em Ordem Jurídica Constitucional (Mestrado) da Universidade Federal do Paraná. Fortaleza, 2006.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. **A universidade brasileira**. Tradução de Fernando Correa Prado. Disponível em: < http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf > Acesso em 18 de novembro de 2016.

MARTINS, Martha Priscylla Monteiro Joca. **Direito(s) e(m) Movimento(s): Assessoria Jurídica Popular a Movimentos Populares Organizados em torno do Direito à Terra e ao Território em Meio Rural no Ceará**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Federal do Ceará, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Edital n ° 9 Programa de Extensão Universitária - PROEXT 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/img/pdf/editalproext.pdf>> Acesso em 16 de novembro de 2016.

MIRANDA, Carla. **Na práxis da assessoria jurídica universitária popular: extensão e produção do conhecimento**. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MOREIRA, Kauhana Hellen de Sousa. **Assessoria jurídica popular e prática profissional: um estudo sobre o escritório Frei Tito de Alencar (EFTA)**. Fortaleza: Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará, 2014.

MOVIMENTO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR (MAJUP) ISABEL DA SILVA. **Ata da reunião ocorrida em Curitiba em 30 de maio de 2015**.

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR ALDEIA KAYAPÓ (NAJUPAK). **Avaliação do X ERENAJU**. Belém, 2008.

_____; NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR ISA CUNHA (NAJUP ISA CUNHA). **III Encontro Norte-Nordeste de Assessoria Jurídica Universitária Popular: Para construção de uma universidade popular na Amazônia e no Brasil**. Belém, 2008.

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR ISA CUNHA (NAJUP ISA CUNHA). **Avaliação do X ERENAJU**. Belém, 2008.

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR (NAJUP) Negro Cosme. **Resgate das propostas de organização da rede**, elaborado para o Caderno de Textos do XIV ERENAJU, 2014.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS (NEPE/UFSC). **Avaliação do X ERENAJU**. Florianópolis, 2008.

NUNES, Thiago Calsa. **SAJU UFRGS: Breves apontamentos e suas tendências**. Sem data. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju/historia-1/saju-breves-apontamentos-e-suas-tendencias>>. Acesso em 12 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, Assis da Costa; PEREIRA, Sumaya Saady Mohry. **Rede Nacional das Assessorias Jurídicas Universitárias: história, teoria e desafios**. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Goiania: UFG, v. 33, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. **Serviço de Apoio Jurídico – SAJU: A práxis de um direito crítico**. Salvador: Programa de Graduação em Direito, 2003.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Crítica da universidade e universidade popular na América Latina: uma reflexão a partir da crítica jurídica. Em: MOURA, Ana Paula Medeiros de; OLIVEIRA, Assis da Costa; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. **Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014a.

_____. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014b.

PEREIRA, Diana Melo. **Sem porta-voz na rua, sem dono em casa: as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) pelo direito a uma vida sem violência**. Brasília: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade de Brasília, 2015.

PINTO, Daniel Bittencourt Ramos. **O conteúdo político da Assessoria Jurídica Popular**. Curitiba: Programa de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014.

PROJETO JUSTIÇA E ATITUDE (JA). **Avaliação X ERENAJU**. Mimeo, 2008.

REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES (RENAP). **Cadernos Renap**: Alhandra. N.1, jul.2001, p.6.

RIBAS, Luiz Otávio. **A assessoria estudantil com movimentos sociais brasileiros nas décadas de 1960 a 2000**. Em: SAJUP 10 anos, 2011, Curitiba.

_____. Acúmulos políticos da RENAJU. Em: REGIONAL CENTRO-SUL DA REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **V Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária (ERAJU)**, Juiz de Fora, outubro de 2015a.

_____. **Assessoria Jurídica Popular Universitária e Direitos Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1988-2008)**. Porto Alegre: Curso de Especialização em Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público da União, 2008.

_____. **Direito insurgente na assessoria jurídica popular (1960-2010)**. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015b.

_____. **Pesquisa de estudo de caso como metodologia de educação popular**. Mimeo, 2015c.

_____. **Relatório de pesquisas – Entrevistas – No Encontro Nacional da Rede Nacional das Assessorias Jurídicas Universitárias**. Curitiba, 2007.

RIBEIRO, Silvia. Sob o tema ‘Defesa da Vida’, Campanha da Fraternidade condena o aborto. Em: **G1**, São Paulo, 06 fev. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL289013-5598,00-SOB+O+TEMA+DEFESA+DA+VIDA+CAMPANHA+DA+FRATERNIDADE+CONDEN+A+ABORTO.html>> Acesso em 26 nov. 2011.

SANTOS, Raquel Cerqueira. **Educação jurídica, extensão universitária e o perfil profissional do bacharel em Direito: Correlações possíveis**. Salvador: Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

_____. **Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis**. Em: Cassio Martins; Cristiane Felix. (Org.). Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. 1ed. Barueri: Instituto C&A, 2011a, v., p. 65-85.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011b, 5 ed.

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR (SAJUP). **Avaliação do X ERENAJU**. Curitiba, 2008.

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (SAJU-UFRGS). **Retomada histórica dos modelos organizativos da RENAJU**. Mimeo. Porto Alegre, 2015.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras**: Relatório de pesquisa. 1. ed. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/Centro de Estudos em Direito e Desigualdades, 2014.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa; SOUZA, Ana Inês (Org.). **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SILVA, Valéria Fiori da. **Direito e Cidadania**: a luta pela moradia na assessoria jurídica universitária popular da UFPR. Relatório final no Programa de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico da UFPR. Curitiba, 2016.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Greve de 2012 dos docentes federais passa a ser a mais longa da história do setor**. Disponível em < <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>> Acesso em 14 de novembro de 2016.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. **Os nós da rede**: Concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

7 ANEXOS

Anexo I– Lista de documentos da RENAJU

2000:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da Reunião da RENAJU de quatorze de outubro de 2000.** Aracaju, 2000.

2001:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Carta Compromisso da Rede Nacional de Assessoria Jurídica.** Mimeo. 2001.

2004:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Relatoria da Plenária Final do VI ERENAJU,** realizado em Teresina em abril de 2004.

2005:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Relatoria da Plenária Final do VII ERENAJU,** realizado no Rio Grande do Sul em março de 2005.

2006:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Relatoria da Plenária Final do VIII ERENAJU,** realizado em abril de 2006, em Fortaleza.

2007:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Carta à Coordenação Nacional do MST e à Coordenação Nacional da Rede Popular de Estudantes de Direito.** Curitiba: 08 de abril de 2007a.

_____. **Carta de abril contra a homofobia.** Curitiba, 07 abr. 2007b.

_____. **Carta Compromisso da Rede Nacional de Assessoria Jurídica.** Mimeo. 2007c.

_____. **Relatoria da Plenária Final do VIII ERENAJU,** realizado em abril de 2007d em Curitiba.

2008:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da Reunião da RENAJU de vinte e um de setembro de 2008c.**

_____. **Moção de repúdio ao REUNI, 2008b.**

_____. **Relatoria da Plenária Final do X ERENAJU**, realizado em março de 2008c, no Maranhão.

2009:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Relatoria da Plenária Final do XI ERENAJU**, realizado em abril de 2009 em Guararema (SP).

_____. **Relatoria da Plenária Final do ENCONTRO NORTE-NORDESTE DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR (ENNAJUP)**, realizado em final de outubro e início de novembro de 2009, em Fortaleza.

2010:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da Reunião da RENAJU de dezessete de janeiro de 2010a.**

_____. **Ata da Reunião da RENAJU de vinte e um de fevereiro de 2010b.**

_____. **Ata da Reunião da RENAJU de sete de março de 2010c.**

_____. **Ata da reunião da RENAJU de quatorze de março de 2010d.**

_____. **Ata da Reunião da RENAJU de dois de maio de 2010e.**

_____. **Relatoria da Plenária Final do XII ERENAJU**, realizado em março/abril de 2010f, em Teresina.

_____. **Relatoria da Plenária Final do ENCONTRO NORTE-NORDESTE DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR (ENNAJUP)**, realizado em final de outubro e início de novembro de 2010g, em São Luís.

2011:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da Reunião da RENAJU de vinte e dois de maio de 2011a** em Curitiba.

_____. **Relatoria do XIII ERENAJU**, realizado em 2011c em Eldorado do Sul.

2012:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da reunião extraordinária do Eixo Campanha de oito de julho de 2012a.**

_____. **Nota da RENAJU em apoio à greve dos/as professores das Instituições Federais de Ensino Superior**, 2012b.

_____. **Programação do I Curso de Formação Política da RENAJU**, realizado em novembro de 2012c, em Porto Alegre.

_____. **Relatoria da Plenária Final do XIV ERENAJU**, realizado em abril de 2012d em Caruaru.

_____. **Relatoria do espaço Análise de Conjuntura de rede do XIV ERENAJU**, realizado em abril de 2012e, em Caruaru.

2013:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Nota da RENAJU em esclarecimento ao IPDMS**, 2013.

2014:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Ata da Reunião da RENAJU de vinte e três de fevereiro de 2014a**.

_____. **Projeto Político-Pedagógico de Discussões ou Memorial – II Curso de Formação Política da RENAJU**, realizado em novembro de 2014b, em Castanhal (PA).

2016:

REDE NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (RENAJU). **Relatoria da Plenária Final do XVIII ERENAJU**, realizado em maio de 2016 em João Pessoa.